



SESSÃO ORDINÁRIA DE 27 DE DEZEMBRO DE 2021

ATA

Aos vinte e sete dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e um, nesta Vila de Nelas e Edifício Multiusos, reuniu, pelas vinte e uma horas, a Assembleia Municipal de Nelas, em sessão ordinária, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 - PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”

1.1 - Discussão e aprovação das atas da sessão ordinária de 17 de setembro de 2021 e da primeira reunião de funcionamento, realizada em 18 de outubro de 2021;

1.2 - Leitura do Expediente;

1.3 - Assuntos diversos dos da “Ordem do Dia”, de interesse para o Município.

(Informações, Pedidos de esclarecimento, Recomendações, etc.)

2 – PERÍODO DE “ORDEM DO DIA”

2.1 – Informação do Senhor Presidente da Câmara sobre a atividade municipal, nos termos da alínea c), do n.º 2, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/09;

2.2 – Aprovar, nos termos da alínea a), do n.º 1, do art.º 26.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o Regimento da Assembleia Municipal;

2.3 – Aprovar o pedido de apoio técnico para utilização da plataforma de contratação pública no âmbito da candidatura apresentada sob a operação 10.2.1.4 – Cadeias Curtas e Mercados Locais (Aviso n.º 004/ADD/10214/2021) – referente ao projeto “Requalificação do Mercado da Vila de Canas de Senhorim”, promovido pela Freguesia de Canas de Senhorim;

2.4 – Aprovar o apoio financeiro a conceder à Freguesia de Canas de Senhorim, no âmbito da candidatura apresentada da operação 10.2.1.4 – Cadeias curtas e Mercados Locais (Aviso n.º 004/ADD/10214/2021), referente ao projeto “Requalificação do Mercado da Vila de Canas de Senhorim”, promovido pela Freguesia de Canas de Senhorim;

2.5 - Quadro de transferência de competências para as Autarquias Locais – Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto – Concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da ação social - deliberação ao abrigo do disposto no artigo 24.º, n.º 2, do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto - Produção de efeitos. Exercício, ou não, das competências em 2021 e comunicação à DGAL - Deliberação;

2.6 - Informação sobre a situação económica-financeira para efeitos do Artigo 77.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro – Relatório ROC a 30/06/2021 – Conhecimento;

2.7 - Aprovação das propostas de Orçamento Municipal e das Grandes Opções do Plano para o ano de 2022;

2.8 – Aprovação do Mapa do Pessoal para o ano de 2022;

2.9 - Autorizar o lançamento de derrama para o ano de 2022, nos termos da alínea d), do n.º 1, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

2.10 – Aprovar a Taxa Municipal de Direitos de Passagem para o ano de 2022 - Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro - Lei das Comunicações Eletrónicas;

2.11 – Aprovar a Participação dos Municípios no IRS no ano de 2022 - Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro;

2.12 - IMI - Imposto Municipal sobre Imóveis - Aprovar a fixação de taxas no ano de 2022;

2.13 - IMI - Imposto Municipal sobre Imóveis – Aprovar a fixação de taxas para prédios em ruínas e devolutos no ano de 2022;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

2.14 - Designação de um representante desta Assembleia Municipal para o Conselho da Comunidade do Agrupamento dos Centros de Saúde de Dão Lafões;

2.15 - Eleição de dois Presidentes de Junta de Freguesia para a Comissão Municipal da Defesa da Floresta Contra Incêndios;

2.16 - Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia para o Conselho Cinegético Municipal;

2.17 - Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia para a Comissão Municipal de Proteção Civil;

2.18 - Regimento de Funcionamento da Equipa para a Igualdade na Vida Local – EIVL – Conhecimento.

O Senhor Presidente da Assembleia, Dr. José Albuquerque Vaz:

- Muito boa noite a todos.

Senhores Deputados e Senhoras Deputadas Municipais.

E ao Público que, enfim, nos brindou hoje com a sua presença, naturalmente, para nos desejar Boas Festas e possivelmente intervir na parte final.

Ora, parece que temos quórum, mas, de qualquer maneira, vamos proceder à chamada.

(A Senhora Secretária Maria José Figueiredo Paiva Sousa Cabral procedeu à chamada dos Senhores Deputados Municipais)

O Senhor Presidente da Assembleia:

- A mim ninguém me comunicou nada que estava em confinamento, a não ser a Maria José Correia. Pronto, está justificada a falta da Senhora Deputada Alexandra Maria Lopes Monteiro. A mim, não me comunicaram nada. Estou a saber agora. Mas, pronto, quer dizer, está justificada a falta porque está em confinamento. Não há problema nenhum. O problema é não poder participar. Mas fazem questão que participe? Ela é que pode fazer.

Por mim, não há problema nenhum. Podemos interromper os trabalhos, que ainda quase nem começaram, para resolver essa questão. Se ela quer participar, enfim, por videoconferência.

Então, vamos aguardar a chamada ali do Senhor Deputado Borges.

Pronto, então não precisamos de intervalo, pois não?

Muito bem, então, mas eu queria, antes de começarem os trabalhos pôr uma questão prévia. Como veem falta-nos a Primeira Secretária. Nos termos do Regimento, no artigo 3.º, n.º 3, quando faltar a totalidade dos Membros da Mesa, ou a maioria, procede-se a nova eleição. Não é o caso. Só falta apenas uma. Não está previsto. Portanto, se o Plenário se não opuser, eu chamaria um Membro.

Mas ela tem tarefas a desempenhar que não pode desempenhar à distância. Pois. É a Primeira Secretária. Se não houver oposição do Plenário, passa a Segunda a Primeira, que já está no lugar. Agora, falta-me aqui a Segunda Secretária. Está resolvido o problema? Eu ficava muito mais confortável se tivesse uma Segunda Secretária que poderia chamar. Era preciso é que o Plenário estivesse de acordo. Está?

Então, para Segunda Secretária eu chamaria, Dr.ª Carlinda, importa-se? Concorda?

No Período de Antes da Ordem do Dia, algum dos Senhores Deputados tem alguma sugestão a fazer, ou quer propor alguma coisa? Portanto, o Senhor Deputado Pedro quer apresentar alguma sugestão antes do início dos trabalhos. É isso? Mas não há nada que queiram antes de passarmos ao ponto n.º 1. Não. Muito bem.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Então entraríamos no Período de Antes da Ordem do Dia - Discussão e aprovação das atas da sessão ordinária de 17 de setembro de 2021 e da primeira reunião de funcionamento, realizada em 18 de outubro de 2021.

Penso que teremos que fazer aqui duas intervenções em separado porque tenho a noção de que haverá alguns dos Senhores Deputados que não estiveram em 17 de setembro e como são duas atas, começaríamos por esta. E, portanto, eu punha esta primeira ata à discussão, se é que alguém quer propor qualquer sugestão. Quem não esteve na Assembleia desta primeira ata não pode votar. Pronto.

Então, começaríamos por esta. Há alguma sugestão? Alguém quer propor alguma coisa nesta primeira ata? Foram recebidas. Não sei se querem ler, até porque são trinta e tal folhas. Toda a gente recebeu. Portanto, não tem que ser lida, não é?

Então, podemos começar? Quem vota contra esta ata? Ninguém. Quem se abstém? Têm que se abster aqueles que não estiveram, não é? Ai, nem sequer se abstêm. Então é votada a favor com quantos? São 10? Pronto, então, é aprovada com 10 votos a favor, sem votos contra e sem abstenções. Muito bem. Quem toma nota dos votos a favor?

(Votaram a favor os Senhores Deputados Municipais que transitaram da anterior Assembleia Municipal para esta e que são os Senhores: António Borges dos Santos, Rui Simões Costa, João Alfredo Ferreira, Isabel Cristina Gonçalves, Maria José Cabral, Carlos Manuel Almeida, Augusto Borges da Silva, António Fernandes Costa, Jorge Tavares Abreu e António Roque da Silva).

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Então, podemos passar à ata de funcionamento de 18 de outubro de 2021? Então, votação da segunda ata. Então, quem vota contra? Quem se abstém? Então, está aprovada por unanimidade.

Então, agora, podemos passar ao ponto 1.2 – Leitura do Expediente

(Informação enviada a todos os Senhores Membros da Assembleia Municipal)

CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA

- Ofício n.º 6653, datado de 29/09/2021, da Câmara Municipal de Nelas – Instalação da Assembleia Municipal – Quadriénio 2021-2025;

- Circular n.º 77/2021/MJL, datado de 12/10/2021, da Associação Nacional de Municípios Portugueses – Pedido de eleição de um Presidente de Junta de Freguesia e seu substituto, para Delegado aos Congressos da Associação Nacional de Municípios Portugueses;

- E-mail, datado de 19 de outubro de 2021, da CIM Viseu Dão Lafões, solicitando os nomes dos Elementos da Assembleia Municipal de Nelas que irão integrar a Assembleia Intermunicipal da CIM Visão Lafões;

- Circular n.º 87/2021/MJL, datado de 17/11/2021, da ANMP – XXV Congresso da ANMP: Convocatória;

- Ofício n.º 8007, datado de 17 de dezembro de 2021, da Câmara Municipal de Nelas – Pedido de inclusão de assunto para a sessão ordinária da Assembleia Municipal, marcada para o dia 27 de dezembro de 2021;

CORRESPONDÊNCIA EXPEDIDA



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

- Ofício n.º 15/2021, datado de 20 de setembro de 2021, enviado ao Ex.m.º Senhor Presidente da Câmara Municipal de Nelas, dando conhecimento da deliberação tomada na Sessão Ordinária desta Assembleia Municipal, realizada em 17 de setembro de 2021;
- Ofício datado de 01 de outubro de 2021, enviado aos novos Membros da Assembleia Municipal e da Câmara Municipal – Instalação da Assembleia Municipal e da Câmara Municipal para o quadriénio de 2021/2025;
- Ofício datado de 01 de outubro de 2021, enviado aos novos Membros da Assembleia Municipal – Convocatória da primeira reunião da Assembleia Municipal do Quadriénio de 2021-2025;
- E-mail, datado de 21 de outubro de 2021, enviado à CIM Viseu Dão Lafões, com os nomes e outros dados dos Elementos da Assembleia Municipal de Nelas que irão integrar a Assembleia Intermunicipal da CIM Visão Lafões;
- E-mail, datado de 28 de outubro de 2021, enviado à CIM Viseu Dão Lafões, com os nomes e outros dados dos Elementos Suplentes da Assembleia Municipal de Nelas, que irão integrar a Assembleia Intermunicipal da CIM Visão Lafões;
- Ofício n.º 16/2021, datado de 17 de dezembro de 2021, enviado aos Ex.m.ºs Senhores Membros da Assembleia Municipal, convocando-os para a sessão ordinária de 27 de dezembro de 2021;

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Os Senhores Deputados também receberam todos, aquela folhinha com a Leitura do Expediente. Portanto, dispense-me da leitura. Só queria incluir mais um ponto que, entretanto, chegou e que é só para dar conhecimento, poderá vir da próxima vez, que é o seguinte: É um parecer da Associação Nacional das Assembleias Municipais que refere que todos os Senhores Deputados têm direito a senhas de presença pagas e não só. E têm direito a um seguro de acidentes pessoais. Portanto, espero que não seja necessário. Mas, se alguém cair aqui, entretanto, ou tiver um acidente no caminho, portanto, já ficam a saber que há, de facto, um seguro de acidentes pessoais.

Então, agora, podemos passar ao ponto 1.3 – Assuntos diversos dos da “Ordem do Dia”.

Ora bem, quem quer intervir? Faz favor. Então, agora, o Pedro Pinto é que quer intervir, o Senhor Deputado Pedro Pinto. Portanto, há 5 intervenções. Então, quem se inscreveu em primeiro lugar, faz favor.

O Senhor Deputado Pedro Pinto:

- Então, boa noite a todos.

Boas noites á Mesa na pessoa do Senhor Presidente, Dr. Vaz,
Senhores Deputados,
Público em geral.

O primeiro ponto meu é um pedido de esclarecimento. Sendo eu um Elemento desta Assembleia, gostaria que este Executivo me esclarecesse sobre uma situação grave que está a acontecer no Concelho de Nelas. Esse problema é mesmo a estrada que liga Canas de Senhorim – Carvalhal Redondo, em que é um problema que já se arrasta há quase 3 anos. Mas eu não quero um peso na minha consciência e não gostaria de um dia pesar-me na culpa da minha consciência que contribuí, sendo aqui Deputado desta Assembleia, aquela estrada estar-se a degradar da forma que está e nada se faz, nada se fez e continua-se a nada fazer e gostaria de ser esclarecido o que é que se vai fazer em relação a essa situação grave antes que se dê lá um acidente grave, que posso ser eu, ou pode ser outro qualquer, visto as bermas também se estarem já a desmoronar.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

A seguir, vou também, em termos daqui da Assembleia, queria propor três Votos de Louvor a esta Assembleia.

O primeiro Voto de Louvor é à ATMU – Prémio Direitos Humanos 2021, na Assembleia da República. E eu vou ler estes Louvores e depois vou entregá-los à Mesa:

“VOTO DE LOUVOR – ATMU – PRÉMIO DIREITOS HUMANOS 2021 (ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA)

Reunida neste dia 27 de dezembro de 2021 manifesta a Assembleia Municipal o reconhecimento e satisfação pelo facto de a Assembleia da República ter atribuído o Prémio Direitos Humanos 2021 à Associação dos Ex-Trabalhadores das Minas de Urânio (ATMU), distinguindo a sua atuação na proteção de direitos laborais, sociais, de reabilitação ambiental e reconstrução habitacional.

O prémio foi recebido em cerimónia realizada no passado dia 16/12/2021.

Desta forma e também como reconhecimento do trabalho desenvolvido pela ATMU desde 2010 em prol dos trabalhadores e do ambiente no Concelho de Nelas, propõe um Voto de Louvor a esta Associação, acompanhado de um incentivo para a continuidade do valoroso trabalho.

Pelo Grupo PSD/CDS”

“VOTO DE LOUVOR A ANDRÉ COELHO – CAMPEÃO DO MUNDO DE FUTSAL

Reunida neste dia 27 de dezembro de 2021 manifesta a Assembleia Municipal o reconhecimento pelo título mundial de FUTSAL conquistado pela Seleção Nacional Portuguesa no passado dia 03/10/2021, onde pontificou um filho da terra: André Coelho.

Formado no ABC de Nelas, atualmente a representar o Futebol Clube de Barcelona, o Atleta tem mostrado virtudes desportivas e humanas que fazem dele um exemplo de uma maneira superior de estar no desporto.

Desta forma proponho um Voto de Louvor ao Atleta André Coelho pelas excecionais conquistas obtidas em 2021, acompanhado de um incentivo para novas conquistas pessoais e coletivas.

Pelo Grupo PSD/CDS”

Para terminar:

“VOTO DE LOUVOR AO CHEF DIOGO ROCHA

Reunida neste dia 27 de dezembro de 2021 manifesta a Assembleia Municipal o reconhecimento ao conterrâneo Diogo Rocha, natural da Urgeiriça (Canas de Senhorim), pela renovação da distinção “Estrela Michelin” que premeia o trabalho desenvolvido pelo “Chef” no espaço Mesa de Lemos.

Sendo o Município de Nelas um destino de Enoturismo e dada a projeção nacional e internacional do Diogo Rocha, a Assembleia Municipal presta o seu reconhecimento à notoriedade que o seu trabalho dá ao Concelho e à Região, já reconhecidos por esta Assembleia Municipal em 22/11/2019 e pela Câmara Municipal em 28/11/2019.

Pelo Grupo PSD/CDS”

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Terminou, Senhor Deputado?

O Senhor Deputado Pedro Pinto:

- Terminei, sim senhor.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Pois, eu ia-lhe perguntar se é por iniciativa apenas do Senhor Deputado, ou se é mais abrangente? Pela Bancada toda.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

O Senhor Deputado Pedro Pinto:

- Pronto, associa-se também o PS.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Então, é por unanimidade. Sim Senhor. Então, nem precisamos de votar. Está aprovado por unanimidade. Muito bem. O João Paulo também se associa? A restante Bancada associa-se na totalidade aos três Louvores.

Mas, há aqui antes um pedido de esclarecimento ao Executivo sobre a Estrada de Carvalhal Redondo. Responde no fim. Então, quem se tinha inscrito em segundo lugar? Senhor Deputado André Borges.

O Senhor Deputado André Borges:

- Ora, boa noite a todos.

Senhor Presidente,

Membros da Mesa,

Senhores Deputados Municipais,

Senhor Presidente da Câmara,

Senhores Vereadores,

Público, em geral

No que se refere à informação enviada sobre Obras Municipais, Ambiente, Gestão Urbanística e Planeamento, quero colocar uma questão sobre a Estrada Nacional n.º 231-2 que liga as localidades de Caldas da Felgueira e Vale de Madeiros.

Como é sabido, a estrada foi recentemente requalificada ao abrigo dos apoios das infraestruturas afetadas pelos incêndios de outubro de 2017. Como se pode consultar no site da Autarquia em 27 de setembro e 26 de outubro de 2019, a obra foi da responsabilidade da Câmara Municipal.

Passadas poucas semanas, o alcatrão começou a levantar problemas, deteriorando-se, tendo até, em alguns pontos desaparecido, dando lugar a enormes buracos. Nada foi feito até hoje passados 2 anos. Saliento e reforço a perigosidade de tal situação para quem circula na referida estrada.

Não se pode promover o desenvolvimento de uma localidade com potencial como tem Caldas da Felgueira sem infraestruturas e acessos dignos.

A minha pergunta é: Até quando irá permanecer essa situação e se a requalificação da requalificação será suportada pela empresa que realizou a obra, ou se, pelo contrário, será suportada pelos Municipais?

Outros 4 breves pontos que gostaria de ver melhorados, ou solucionados, são: a limpeza frequente dos arbustos plantados nos separadores centrais, especialmente na Av.ª Dr. José Pinto Loureiro, Avenida do Centro Escolar, onde os ramos invadem a faixa de rodagem, possibilitando a ocorrência de danos, ou acidentes.

Segundo: a instalação de cabines com resguardos nas paragens de autocarros. Não se justifica haver paragens apenas sinalizadas com uma placa vertical, obrigando os utilizadores, especialmente, crianças e idosos, ficarem sujeitos a chuva e ao vento sem o mínimo de conforto, podendo ser feito um levantamento com a colaboração dos Presidentes de Juntas de Freguesia para melhor identificação. Dando como exemplo, as paragens de autocarro na Estrada Nacional n.º 231, em Vilar Seco, em Nelas junto à Clínica Veterinária e junto ao Centro de Saúde, em Carvalhal Redondo na Estrada que liga Carvalhal Redondo a Algrás.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Terceiro: a instalação de rails de proteção na rotunda do Lar de São Miguel e até podia ser em toda a sua Avenida, com o intuito de prevenir possíveis quedas de automóveis e pessoas, que circulem.

Quarto: a remoção e correta recolocação da placa sinalizadora que se encontra junto à Ponte do Caminho de Ferro na Estrada Nacional n.º 231, que pela função da nova rotunda junto à Avenida António Joaquim Henriques, transmite uma informação errada aos condutores.

Termino, desejando a todos um ótimo ano de 2022. Obrigado.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado, Senhor Deputado. Terceira inscrição.

O Senhor Deputado João Paulo Guerra:

- Boa noite Senhor Presidente da Assembleia,

Boa noite Senhoras Secretárias,

Boa noite Senhor Presidente da Câmara e restante Executivo,

Boa noite Senhores Deputados da Assembleia.

Tenho a proposta de uma Moção pela reposição das freguesias.

“O processo de agregação/extinção de 1168 freguesias, no âmbito da chamada Reorganização Administrativa do Território, imposto pela Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro, em execução da Lei n.º 22/2012, de 30 de maio, da maioria PSD e CDS, mereceu generalizada contestação e oposição das populações e da esmagadora maioria dos órgãos autárquicos.

A extinção de freguesias, na generalidade, não trouxe ganhos financeiros, afastou os eleitos das populações, dificultou a capacidade de intervenção na resolução de problemas. Perdeu-se a identidade de cada freguesia e reduziu-se a capacidade de reivindicação das populações e dos seus órgãos autárquicos.

Na legislatura 2013/2017 foram apresentadas iniciativas legislativas na Assembleia da República, com o objetivo de repor as freguesias extintas, de acordo com a vontade das populações e dos órgãos autárquicos, e com eleições em 2017. Estas iniciativas foram rejeitadas com o voto do PS, PSD e CDS.

De então para cá as populações continuaram a reivindicar a reposição das freguesias extintas contra a sua vontade.

Oito anos depois da extinção das freguesias e mantendo-se viva a vontade e a luta pela sua reposição, o que se impunha era dar resposta cabal às populações, era a criação de um regime excecional que permitisse que as freguesias pudessem ser repostas, com eleições em 2021.

Os sucessivos atrasos do Governo PS na entrega da proposta de Lei na Assembleia da República (só no final de dezembro de 2020), o lento andamento dos trabalhos da comissão competente e a rejeição do Projeto de Lei do PCP, impossibilitaram a reposição das freguesias no âmbito das eleições autárquicas de 2021, como já se tinha verificado em 2017.

A Lei n.º 39/2021 de 24 de junho, entretanto aprovada, que define o regime jurídico de criação, modificação e extinção de freguesias aprovado por PS, PSD, PAN e IL, não responde à reivindicação de reposição de todas as freguesias.

A obrigação de cumprimento de alguns dos critérios no processo de reposição de freguesias como determina o diploma aprovado, na prática inviabiliza a devolução de muitas freguesias às populações, mesmo que estas o defendam.

Apesar das limitações, impõe-se agora intervir para concretizar a reposição das freguesias em todas as situações possíveis. Nesse sentido deve ser tido em conta que a Lei n.º 39/2021 de 24 de junho, entra em vigor 180 dias após a sua publicação, ou seja, no final de dezembro de 2021. Supostamente, no dia 24 essa Lei entrou em vigor.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Após essa data e durante um ano, terão início os procedimentos visando a reposição das freguesias extintas, nos termos do artigo 25.º (procedimento especial, simplificado e transitório), mediante deliberação das respectivas assembleias de freguesia e assembleias municipais.

Assim, a Assembleia Municipal e eu já estou a levar, se isto for a votação e for aprovado, já tenho transcrito. Assim a Assembleia Municipal de Nelas reunida a 27/12/2021, manifesta o seu empenhamento pela reposição das freguesias extintas em 2013 no concelho de Nelas de acordo com a vontade das populações e delibera o início dos procedimentos necessários para a sua concretização. É tudo.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado, Senhor Deputado. Tratando-se de uma moção tem que ser votada. No final. Muito bem. Pronto. Espero que ninguém se esqueça. Então, outra intervenção. Senhora Deputada Carlinda, faz favor.

A Senhora Deputada Carlinda Loureiro:

- Boa noite a todos.

Gostaria de ver esclarecido aqui em praça pública um assunto que anda no ar há uns dias a esta parte. Tomei conhecimento pela Comunicação Social, penso que como a maior parte das pessoas, de que uma Escola de Canas de Senhorim se encontra numa situação calamitosa.

Alguém chamou, inclusivamente, um canal de televisão ao local. Esse assunto passou logo para as redes sociais. Foi visto na televisão. Portanto, quem quis ver. Supostamente, terá sido chamado por Membros de uma qualquer ressuscitada Comissão de Pais, para tornar pública a situação do dito estabelecimento de ensino.

Ora, muito me espantou, permitam-me a ironia, que tal estivesse a acontecer. Então não foram publicitadas grandes obras de requalificação desses edifícios? Ou terá sido mais uma questão de fachada como aqueles pedaços de alcatrão que foram aplicados atabalhoadamente e que já estão a ceder? Ou como as grandes faixas onde foi anunciada a abertura de uma instituição bancária, que abortou? Enfim, não vou continuar a elencar determinadas iniciativas que muito deixaram a desejar.

Agora, gostaria de ver esclarecida, sim, esta situação, que no início referi, a bem da transparência e de onde se poderá aferir a culpa, ou não, do Presidente e Executivo que anda já a ser acusado de inoperância, ainda mal teve tempo de aquecer as cadeiras onde se senta.

Tenho dito.

O Senhor Deputado Rui Costa:

- Boa noite Senhor Presidente da Assembleia,
Senhoras Secretárias,
Senhor Presidente da Câmara,
Senhoras Vereadoras,
Senhores Vereadores,
Senhoras Deputadas Municipais,
Senhores Deputados Municipais,
Estimado Público,
Funcionário da Câmara Municipal,
Muito boa noite.

Nesta, depois da tomada de posse e da primeira reunião que houve, seria oportuno, porque agora podemos falar todos, dar as boas vindas a todos os Eleitos desta Assembleia Municipal.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Dar as boas vindas a eles e desejar saúde e paz para aqueles que nos deixaram da última Assembleia, pois eles também fizeram parte da política do anterior mandato.

Mas a Assembleia Municipal, como Órgão máximo deste Concelho, merece respeito, merece respeito. E em Democracia esse respeito deve ser praticado. Eu quero aqui manifestar que, realmente, na última tomada de posse da Assembleia não houve dignidade. Simplesmente, nem flores havia, meus Senhores. Tiveram que ser compradas por quem ganhou as eleições e que não o poderia fazer.

Não foram chamadas as Forças Vivas do Concelho. Os Bombeiros, a GNR. Houve Corporações de Bombeiros que me ligaram a perguntar se não vinham. Mas que não era da parte de quem ganhou as eleições que tinha que ser feito esse convite. Esse convite era feito por quem ia dar posse à nova Assembleia.

É assim: Abril invoca a restituição da Democracia em Portugal, etc., e às vezes vem-se aqui no dia 25 de Abril invocar os Valores de Abril. Os Valores de Abril têm que ser praticados sempre. E é nisso que eu lamento que esta Assembleia não teve a dignidade no primeiro dia que tomou posse.

Depois, comentar aqui uma situação, que são duas notas. Na última reunião foram eleitos 4 Deputados desta Assembleia para integrarem a Comunidade Intermunicipal Dão Lafões. Foram dois da Bancada do PSD/CDS-PP e dois do Partido Socialista. Também como eu fui eleito cabe-me a mim também, ou outros, dizer aos outros Deputados Municipais o que é que se tem passado nas Assembleias da CIM.

Portanto, a primeira foi em Tondela. Foi a tomada de posse. Não houve mais nada. Foi eleita, portanto, a Presidente da Mesa da CIM, a Dr.^a Cilene, de Carregal do Sal. E, portanto, nessa não houve mais nada que não isso.

Depois, a segunda reunião, que muito me honrou, foi escolhido Nelas para a fazer. Portanto, foi há coisa de 15 dias, três semanas, três semanas, feito nesta sala, do qual, portanto, o Concelho de Nelas foi brindado com a primeira reunião, digamos, onde se discutiram várias coisas, principalmente o Orçamento, o Mapa de Pessoal, etc., etc., etc., nessa reunião.

Posso-vos dizer o que é que se passou. Falou-se, por causa da atividade COVID-19, como estava cá o Secretário de Estado João Paulo Rebelo, portanto, pediram um reforço das verbas, que não têm vindo da parte do Governo Central, para as Autarquias. E, portanto, esses reforços que não têm vindo e foi-lhe dado o recado para ver se conseguia fazer um forcing a nível nacional para que viessem essas verbas.

Depois, também nos foi informado que o IC 12 está fora dos planos do Governo. Ou seja, a conclusão do IC 12 e a requalificação atual, porque está naquele estado que está, nada irão fazer. O IP 3, foi-nos informado que estará pronto para 2026. Três troços irão arrancar dentro em breve, segundo o que o Governo esclareceu à CIM.

E, depois, dar nota de algo que me chocou bastante. Que depois de nós sermos brindados com a vinda da reunião da CIM a Nelas, onde íamos estar todos orgulhosos de ter essa reunião aqui, houve alguém de Nelas que veio a este púlpito dizer que se envergonhava de ser de Nelas. E absteve-se. E digo-vos, absteve-se no Mapa de Pessoal, na ratificação de Contas e no Orçamento. Os dois Deputados do Partido Socialista de Nelas foram os únicos que fizeram isso. Toda a Assembleia concordou. Isso é grave e quero informar esta Assembleia do que é que se está a passar porque a CIM, a CIM é uma Comunidade Intermunicipal que desenvolve vários Municípios deste Distrito. E trás muito dinheiro para aqui, também. Foi apregoado várias vezes, etc., etc., etc.

E agora nós, nós vamos enxovalhar, enxovalhar o nome de Nelas na Comunidade Intermunicipal? Deveríamos estar unidos e assim não nos unimos.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Muito obrigado.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Não se tinham inscrito inicialmente. Pronto, mas ainda há. Só uma resposta. Sim Senhor. Então, mas são duas intervenções, ou é só uma? Muito bem. Então, faz favor Senhor Deputado.

O Senhor Deputado António Borges Santos:

- Senhor Presidente da Assembleia,
Ex.m.^a Mesa,
Senhor Presidente da Câmara,
Senhoras Vereadoras,
Senhores Vereadores,
Senhoras Deputadas Municipais,
Senhores Deputados Municipais,
Digníssimo Público,
Muito boa noite.

Muito obrigado por estarem presentes, especialmente o Público, que é uma honra ter tanta gente presente nesta Assembleia.

É só uma chamada de atenção que, mais uma vez, o Senhor Deputado Rui Costa vem mandar bicadas ao antigo Presidente da Assembleia, que era o que andava a fazer nos últimos tempos.

Primeiro: eu nunca desrespeitei esta Assembleia Municipal, nem reconheço ao Senhor Deputado Rui Costa competência para estar sempre a insinuar essa situação. Se não houve flores foi porque o Senhor Vereador se ofereceu para trazer as flores.

Quando eu perguntei pelas flores, disseram-me que o Senhor Vereador Artur Jorge comprometeu-se a levar as flores. Eu até pensei depois que era por causa das cores que tinham as flores.

Segundo, segundo: as Forças Vivas do Concelho serem convocadas, ou não, é uma situação que não nos diz respeito em nada a Assembleia Municipal. A Lei diz que na sessão de instalação têm que estar os Eleitos e quem quiser estar presente. Eu tive o cuidado de perguntar ao Senhor Presidente da Câmara Eleito se queria fazer alguns convites a Entidades. E ele fez aqueles que achou convenientes.

Desculpe Senhor Vereador, não foi no dia da instalação. Desculpe, isso já é uma segunda conversa. O Senhor Presidente, depois, se quiser, que diga o que é que se passou antes da instalação.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Pode continuar Senhor Deputado, faz favor.

O Senhor Deputado António Borges Santos:

- Portanto, o que me está a parecer é que, afinal o Senhor Deputado Rui Costa veio aqui só como mandatário e, portanto, lamento que se preste a esse trabalho.

Muito obrigado.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigados. Então, a última intervenção. Faz favor Senhor Deputado.

O Senhor Deputado Augusto Borges da Silva:

- Olá, Senhor Presidente,
Senhores Deputados,
Boa noite a todos.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Portanto, quero partilhar, começar por partilhar com vocês uma experiência que eu tenho todos os anos, está para vir ainda, começa agora em janeiro, que é a altura das janeiras quando a malta aparece para cantarem as janeiras e a minha casa, não sei se os Senhores Deputados, certamente, muitos terão a mesma tradição, que é há sempre bolo-rei, há sempre doces, há algumas coisas que sobraram do Natal e há coisas novas, está sempre a casa arrumadinha para receber os convidados.

Ora, eu não tenho vergonha de ser de Nelas, nem tenho vergonha de ser Nelense. Por outro lado, tenho muito orgulho. Aquilo que eu tenho vergonha é de abrir as portas para vir a CIM Dão Lafões a Nelas e não os receber com a casa impecável. E se há coisa que a Câmara Municipal não fez foi isso, uma vez que nos documentos importantes da CIM nós abstinemo-nos e abstinemo-nos bem porque a Câmara Municipal de Nelas não representou os Eleitores do Município de Nelas na construção destes documentos. E eu recuso-me a aprovar um documento que não foi trabalhado em representação, ou com a representação dos Eleitores de Nelas.

E, portanto, quem deveria ter vergonha era o Senhor Deputado Rui Costa e os Deputados do PSD e o Executivo da Câmara Municipal de Nelas que, com três pessoas com capacidade representativa da Câmara Municipal de Nelas, não foram capazes e nas palavras do Senhor Deputado Rui Costa, uma Entidade que trás para cá muito dinheiro, de, em duas reuniões que planeiam o ano de 2022, não foram capazes de representar os Eleitores de Nelas nessa reunião.

E, como tal, eu resigno-me a tomar qualquer partido de ter vergonha de Nelas ou desse clubismo porque a verdade é só uma. A verdade é que existem duas atas que atestam que a Câmara Municipal de Nelas não representou os Eleitores de Nelas em sede de Conselho Intermunicipal. E, como tal, os documentos de uma Comunidade Intermunicipal que não representam o nosso Município não são para ser aprovados por aqueles que aqui, na Assembleia Municipal, representam os Eleitores de Nelas.

Muito obrigado.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Deputado. Então, não há mais intervenções. Está também a esgotar-se o tempo para este primeiro Período. Temos uma moção para votar, que é a Moção pela reposição das Freguesias. E punha à votação. É a moção do Senhor Deputado João Paulo. Pronto. Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovada por unanimidade.

Há aqui alguns pedidos de esclarecimento ao Executivo. Não sei se, depois no Período, da Ordem do Dia, o Senhor Presidente responderá, ou se responde já. Só depois.

Ai os Votos de Louvor. Os Votos de Louvor foram aprovados por unanimidade. Foram propostos. Então, vou pô-los à votação, um de cada vez? Ou os três em simultâneo? Um de cada vez.

A Senhora Deputada Carlinda Loureiro:

- Eu estou a achar estranho porque toda a gente se incluiu nestes Votos de Louvor, quem é que vai votar mais na proposta dos Votos de Louvor? Então, mas é assim, ó Dr. Borges, se todos se incluíram nesta proposta.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Para cumprir o procedimento, é assim?

Então, o primeiro Voto de Louvor é da ATMU – Prémio Direitos Humanos 2021, da Assembleia da República. Portanto, quem vota contra? Quem se abstém? Está aprovado por unanimidade.

O segundo Voto de Louvor a André Coelho – Campeão do Mundo de Futsal. Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por unanimidade.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

O terceiro Voto de Louvor ao Chef Diogo Rocha. Quem vota contra? Quem se abstém? Duas abstenções. Então, aprovado, com 25 votos a favor e 2 abstenções. Não é a mesma coisa. De facto, o Senhor Deputado Borges tem toda a razão. Não é a mesma coisa.

Então, podemos dar por encerrado este primeiro Período de Antes da Ordem do Dia.

Então, o Senhor Presidente da Câmara vai responder às questões que lhe foram colocadas no Período de Antes da Ordem do Dia.

O Senhor Presidente da Câmara, Dr. Joaquim Augusto Alves Amaral:

- Muito boa noite a todos.

Cumprimento o Senhor Presidente da Assembleia Municipal,

As Senhoras Secretárias,

As Senhoras e os Senhores Vereadores,

As Senhoras e os Senhores Deputados da Assembleia Municipal,

O Estimado Público,

E o Funcionário da Autarquia.

Indo pela ordem das intervenções. Em relação à intervenção do Senhor Deputado Pedro Pinto no que concerne à Estrada Canas de Senhorim – Carvalhal Redondo, é um problema já que está sinalizado há algum tempo e que acho que estão a ser realizadas já reuniões com o empreiteiro e a empreitada terá início agora já no início do mês de janeiro.

Havia questões para resolver que, entretanto, foram conseguidas ser resolvidas e a empreitada irá iniciar-se já agora no início de janeiro. Não será no tempo que seria desejável, mas é o que foi possível, no seguimento das reuniões com o empreiteiro. A sinalização foi reforçada. Não é que isso resolva, de momento, com particularidade e propriedade da questão, mas fica também, devidamente, sinalizada e agora em janeiro começarão as obras de reparação da via.

No que concerne às 5 questões colocadas pelo Senhor Deputado André Borges. Na questão que tem a ver com a Estrada Felgueira – Vale de Madeiros aplica-se o mesmo que a questão da Estrada Canas de Senhorim – Carvalhal Redondo. Há reuniões também realizadas com o empreiteiro de forma a solucionar o problema.

Não são questões que sejam resolvidas de um momento para o outro. Obviamente que todas as questões que precisam de ser resolvidas e tratadas com a brevidade possível. Mas é uma questão que está a ser resolvida dentro do que é exequível.

No que concerne à limpeza dos arbustos plantados, não só estes, mas os outros. Como o Senhor Deputado tem visto, tem sido feito também esse trabalho. E, portanto, estes em particular e os outros também serão tratados atempadamente, como é habitual.

No que concerne também à instalação de cabines com resguardo nas paragens de autocarros, é uma questão que também será tratada. Estamos no inverno. Seria a altura para isso também. Não é possível também atender tudo. Há sempre muita coisa para fazer. Não é possível também atender a tudo. É uma questão premente que será, seguramente, atendida a sugestão e tentar resolver essa situação.

Sobre a instalação de rails de proteção na rotunda do Lar de São Miguel é uma solução que poderá ser equacionada para esse assunto. Mas, se calhar, não só naquela via, mas em outras. Mas não invalida que não seja uma questão que seja equacionada pelos serviços e pelo Executivo.

No que concerne à recuperação da placa sinalizadora, faz sentido, que se encontra junto à Ponte do Caminho de Ferro e que essa seja recolocada brevemente também.

No que concerne ao Senhor Deputado André Borges suponho que se tiver, das respostas que eu lhe for dando, entretanto se houver alguma que não seja, cabalmente, esclarecedora, sintam-se à vontade para replicarem, ou colocarem outras questões.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Como sabe, é uma questão que foi uma candidatura, que foi submetida à CCDR. Estamos à espera também que haja uma resolução também por parte da CCDR sobre o assunto e depois nós trataremos do resto, como é óbvio.

Sobre a Senhora Deputada Carlinda e da Escola do 1.º Ciclo da Feira, de Canas de Senhorim. Como também sabe, a Escola é uma Escola nova. Fomos depois informados, já depois da tomada de posse, que havia o aparelho do ar condicionado avariado e o que se optou foi resolver. Não houve grande recetividade do empreiteiro logo no início por causa da entrega da obra não ter sido feita como seria expectável. Mas o que foi feito foi que, depois do equipamento estar a funcionar. O empreiteiro e com reuniões que houve, até estar resolvido isso e o Executivo, a Autarquia avançará para a instalação do aparelho de ar condicionado, mas para resolver o assunto de imediato foi colocado, com bastante celeridade, aquecimento nas salas onde o ar condicionado não funcionava por estar avariado. Estamos a falar de um equipamento novo.

Sobre a questão do Senhor Deputado Rui Costa e depois, quer do Senhor Professor Borges, quer do Senhor Deputado Augusto Borges da Silva sobre a questão, tanto do protocolo como das reuniões da CIM. No que concerne ao protocolo, sem querer entrar também em grandes celeumas, quem costuma organizar os eventos é quem os coordena, neste caso, a Assembleia Municipal cessante. É a ideia que eu tenho, Professor Borges. Portanto, os convites a serem endossados às Forças Vivas e às Entidades teriam que ser feitos nessa aceção por que está a organizar o evento.

O que nós conversámos era de que tipo de que outros convidados eu queria, ou o Executivo queria convidar. Acho que estamos a falar de duas coisas distintas, Professor Borges. Uma, os convidados que o novo Executivo gostaria de acrescentar à lista de convidados. E uma outra que seria o protocolo normal de um evento normal. Este é o meu entendimento. E eu, sinceramente, pensei que na conversa que tivemos que fosse isso que tivesse ficado, cabalmente, esclarecido.

O protocolo era uma questão de quem organiza, neste caso do Senhor Professor Borges e da Equipa que estava consigo porque quem organizou o evento é que tem o protocolo e é quem envia os convites. Os convites acrescentados seriam, naturalmente, então da responsabilidade. O que faz sentido, em termos de Forças Vivas, teria sido feito por quem organizou o evento, neste caso pela Assembleia Municipal cessante.

Sobre as reuniões da CIM, só um esclarecimento porque houve mais reuniões e este Executivo também esteve presente, como é óbvio, nas reuniões. Esta reunião onde foi falado foi uma reunião extraordinária que foi realizada no mesmo dia de uma reunião de Câmara onde também havia assuntos prementes, não é que sejam menores, mas também havia assuntos prementes para resolver e o Executivo esteve presente também, mas esteve em conversações com a CIM.

Sendo assim, eu julgo. Sim, foram duas reuniões que coincidiram com reuniões da Autarquia. E o que eu queria também dizer com isso é que, independentemente disso, nas outras reuniões o Executivo esteve sempre presente, como estará sempre. E o que houve aqui foram duas extraordinárias, neste caso, cumulativas, com a realização de reunião da Câmara Municipal de Nelas. Para já era o que me aprazia dizer. Obrigado.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Então consideradas suficientes as explicações, as informações do Senhor Presidente da Câmara, passaríamos, então, ao ponto 2.1 - Informação do Senhor Presidente da Câmara sobre a atividade municipal, nos termos da alínea c), do n.º 2, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/09.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

(Informação enviada a todos os Senhores Membros da Assembleia Municipal)

Ex.m.º Senhor Presidente da Assembleia Municipal

Ex.m.ºs Senhores Membros da Assembleia

De acordo com a alínea c), do n.º 2, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, tenho a honra de apresentar a V. ºs Ex.ºs a informação escrita acerca da atividade do Município desde a última Assembleia Municipal até 30 de novembro de 2021, bem como a sua situação financeira.

Informação sobre obras municipais, ambiente, gestão urbanística e planeamento

Nomeadamente:

- o Reparação/ beneficiação de calçadas, passeios e estradas em todas as Freguesias;
 - o Limpeza e arranjo das ruas, jardins, espaços verdes em todas as Freguesias e zonas industriais do Concelho;
 - o Manutenção e abertura de diversos caminhos florestais e agrícolas;
 - o Consolidação de diversos imóveis para proteção de pessoas e bens em diversas freguesias;
 - o Levantamento dos imóveis devolutos e degradados em todas as freguesias;
 - o Continuação das obras da ETAR III de Nelas e Sistema Intercetor;
 - o Prolongamento de ramais de água e saneamento;
 - o Requalificação da Rede Viária;
 - o Reparação e colocação de diversa sinalização vertical no concelho;
 - o Limpeza de estradas, ruas, caminhos rurais e florestais;
 - o Aquisição de terrenos para ampliação das Zonas Industriais e para instalação de infraestruturas;
 - o Execução do Fecho do Sistema de Abastecimento de Água a Nelas
 - o Execução dos trabalhos das obras de Requalificação da Escola 1º CEB Feira em Canas de Senhorim
 - o Execução dos trabalhos das obras de Requalificação da Escola 1º CEB Fojo em Canas de Senhorim
 - o Execução dos trabalhos das obras de Execução do Saneamento de Águas Residuais da Ribeirinha em Canas de Senhorim Nascente
 - o Construção do Centro de Recolha Oficial de animais de Companhia (CRO)
 - o Beneficiação do cruzamento entre a Ex EN 231e a Av. António Joaquim Henriques em Nelas
 - o Construção da Área de Serviço de Autocaravanas
 - o Requalificação da Rede Viária Florestal no Concelho – Zona Centro
 - o Construção do Centro de Artes e do Vinho e Espaço de Santar– CAVES”
 - o Requalificação do Mercado Municipal de Nelas
 - o Execução de Rotunda na EN 234 ao Km89+850 – protocolo estabelecido entre o Município de Nelas e as Infraestruturas de Portugal
 - o Reabilitação e ampliação do Parque Industrial de Nelas I – Lote 2
 - o Obras de Urbanização do Processo de Operação de Loteamento nº5/1999 – na sequência do acionamento da caução
 - o Execução de passeios na A. 9 de julho na Lapa do Lobo
- Gabinete de Tecnologias de Informação



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Atividades e ações desenvolvidas pelo Gabinete de Tecnologias de Informação e Comunicação, no período compreendido entre o dia 1 de setembro de 2021 a 31 de novembro de 2021, foram as seguintes:

- o Atualização de aplicações do ERP Airc;
- o Atualização de software e firmware dos servidores de virtualização;
- o Atualização de software e firmware da storage;
- o Montagem integral dos Equipamentos Antigos do Datacenter no Edifício Multiusos para implementação do Disaster Recovery;
- o Suporte aos utilizadores da rede informática do município de nelas e escolas;
- o Formatação, atualização e manutenção preventiva de equipamentos informáticos;
- o Gestão dos servidores, ativos de rede e todo o parque informático;
- o Resolução de 437 tickets (pedidos informáticos através da plataforma GLPI).

Modernização Administrativa

Continuação do projeto, sendo este projeto é transversal a todos os Municípios associados da CIM Viseu Dão Lafões e tem como principal objetivo a reengenharia e desmaterialização de forma a permitir a implementação de mecanismos estruturados de:

- a. Cooperação e articulação multimunicipal;
- b. Harmonização e consolidação do conhecimento;
- c. Monitorização e avaliação do desempenho multimunicipal;
- d. Soluções tecnológicas transversais;
- e. Estratégia de promoção multimunicipal.

Projeto de Diagnóstico, Desenho e Implementação da nova Framework de Governação Local, sustentada nas Práticas de Reengenharia, Desmaterialização e Simplificação de Processos na CIM Viseu Dão Lafões

Continua o projeto a decorrer com a colaboração da empresa SMART VISION e a desenvolver nos Municípios da CIM Viseu Dão Lafões, com o objetivo de:

- a. Atualizar, consolidar e ampliar os investimentos realizados na disponibilização de serviços públicos integrados online;
- b. Reengenharia, simplificação e desmaterialização de processos, suportado em metodologias e práticas de harmonização regulatória e de transformação digital;
- c. Desenhar e implementar uma nova Framework de Governação Local, com o objetivo de consolidar e dar continuidade à estratégia que vem sendo implementada

Loja de Cidadão / Espaços de Cidadão

O funcionamento da Loja de Cidadão bem como dos Espaços de Cidadão de Canas de Senhorim e Santar / Moreira, fica indelevelmente marcado pelo panorama excecional decorrente da crise sanitária provocada pela pandemia. A atribuição de novos serviços ao Balcão do Cidadão tem resultado no reforço das suas competências. Esta realidade é importante ao nível do apoio que os Balcões do Espaço de Cidadão podem prestar à população, reforçando também a articulação com os outros serviços instalados.

Ao nível do número de atendimentos efetuados para o período em consideração, verificou-se o seguinte:

LOJA DE CIDADÃO DE NELAS - ATENDIMENTOS

Finanças

<u>Entidade</u>	<u>descrição</u>	<u>total</u>
FINANÇAS	Património	531
FINANÇAS	Rendimento	228



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

FINANÇAS Execuções Fiscais	32
FINANÇAS Contencioso	10
FINANÇAS Pagamentos	545
	1346

ISS

Entidade	descrição	total
ISS	Geral	1036
ISS	Tesouraria	141
ISS	Marcação	171
		134

Espaço de Cidadão da Loja de Cidadão de Nelas

A configuração dos Espaços de Cidadão de Nelas, para além da lista de serviços habituais, integra ainda o front-office dos Serviços Municipais e também a assistência na submissão de pedidos do âmbito do Balcão do Empreendedor ou de outros portais.

Entidade	descrição	total
Espaço Cidadão / Câmara Municipal	Espaço Cidadão	329
Espaço Cidadão / Câmara Municipal	Câmara Municipal de Nelas	1666
Espaço Cidadão / Câmara Municipal	Carta de Condução	139
		2134

Espaço Cidadão de Santar / Moreira

Entidade	descrição	total
Espaço Cidadão / Câmara Municipal	Espaço Cidadão	21
Espaço Cidadão / Câmara Municipal	Câmara Municipal de Nelas	6
Espaço Cidadão / Câmara Municipal	Carta de Condução	12
		39

Espaço Cidadão de Canas de Senhorim

Entidade	descrição	total
Espaço Cidadão / Câmara Municipal	Espaço Cidadão	48
Espaço Cidadão / Câmara Municipal	Câmara Municipal de Nelas	8
Espaço Cidadão / Câmara Municipal	Carta de Condução	23
		79

SERVIÇO DE DESPORTO

Participamos na Semana Europeia do Desporto, no Projeto do IPDJ BeActive, que decorreu de 23 a 30 de setembro, uma iniciativa da Comissão Europeia do Desporto.

A convite da Associação do Folhadal - Centro Social, Cultural e Recreativo, o Serviço de Desporto realizou com os utentes da Instituição uma aula de ginástica adaptada a esta faixa etária incluída na atividade "Envelhecer saudável - Movimentar Sempre".

Dia Mundial da Diabetes

Os Serviços de Desporto para assinar o dia Mundial da diabetes através do Projeto "Mexer Por Uma Causa" organizaram a Semana da Diabetes que proporcionou uma aula de atividade física adaptada a utentes das IPSS do concelho.

"Crianças em Movimento..."

A 15 de novembro, deu-se início ao projeto "Crianças em Movimento..."



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

O serviço de Desporto continuou a integrar até ao final de setembro a equipa da Unidade Móvel de Apoio ao Cidadão, percorrendo as localidades do concelho na promoção/ divulgação das atividades desportivas, bem apoio ao Cidadão.

BIBLIOTECA MUNICIPAL DE NELAS

A Biblioteca Municipal nas Redes Sociais

Manutenção de página de facebook e canal do Youtube (só para os vídeos) da Biblioteca com os seguintes conteúdos – “Oficina do Óscar: Este Sábado há contos” (atividades para famílias), “Sabias que...curiosidades”, “O Sabichão” (conteúdos pedagógicos de apoio à aprendizagem, “Audiolivros” , “Poesia e leituras”, sugestões de leitura, novidades da biblioteca, destaque de autores, “leituras com humor”, “Frases ou pensamentos acompanhados de ilustração”, “Desafios de Escrita”, no total de 110 publicações, neste período.

Serviço de referência on-line: alguém que necessite de informação específica sobre determinado assunto, nós procedemos à pesquisa e enviamos por mail a digitalização da informação encontrada, não tendo de se deslocar às instalações

Biblioteca ao domicílio: requisição de obras com entrega ao domicílio por parte da Câmara Municipal. Este serviço encontra-se disponível para munícipes com mobilidade reduzida.

Leituras 100 Idade

US fora de portas: empréstimo de livros aos alunos da Universidade Sénior.

Unidade móvel de apoio ao cidadão - Leituras sobre rodas

Projeto de animação desenvolvido por intermédio das Unidades Móveis de Apoio ao Cidadão, em colaboração com a Universidade Sénior e CLDS, para a comunidade de cada localidade. Apresentação das histórias: “Ais...!”, Lendas de Portugal, “O traseiro do rei” e “A gigantesca pequena coisa”, pelos animadores da Biblioteca Municipal.

Biblioteca Itinerante

Total livros emprestados Escolas 1.ºCEB E Jardins de Infância: 1393

Total livros emprestados comunidade (inclui utentes Universidade Sénior): 40

Total de livros emprestados: 1433 | Novas inscrições: 5

HISTÓRIAS DE VIDA, VIDA COM HISTÓRIAS projeto de parceria com a Universidade Sénior de Nelas: que possibilita aos seniores mensalmente a partilha dos seus gostos literários, numa animada conversa tendo como ponto de partida os livros. Com esta atividade pretende-se melhorar a aprendizagem, a capacidade interpretativa e estimular o bom funcionamento da memória dos participantes.

Livros viajantes: projeto de itinerância nas escolas de 1.º ceb e jardins-de-infância: empréstimo de livros, histórias e contos, espetáculos de animação

A exposição “pilar europeu dos direitos sociais”

Esta mostra, promovida em parceria com o Europe Direct Viseu Dão Lafões, teve como objetivo reforçar os laços de proximidade entre os cidadãos e a União Europeia (UE).

A exposição “Enoturismo no concelho de Nelas”

No âmbito do Dia Mundial do Enoturismo, celebrado mais uma vez em Nelas, foi organizada uma exposição alusiva ao tema, nomeadamente à promoção dos agentes locais associados à temática, ou seja, produtores de vinho e tradições como a do “Ramo da Vindima”, bem como informação relativa ao Centro de Estudos Vitivinícola que recentemente comemorou o seu 75.º aniversário. Este trabalho resultou da colaboração entre os serviços da Biblioteca Municipal, turismo e património e Arquivo.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Participação dos animadores da biblioteca municipal no 5.º encontro da Rede de Bibliotecas de SEIA, 3 de setembro, para uma apresentação do trabalho que tem sido realizado nos últimos anos ao nível da promoção e animação do livro e da leitura

UNIVERSIDADE SÉNIOR DE NELAS

Início do ano letivo 2021/2022 com novo horário e com mais ofertas formativas

O ano letivo 2021/2022 iniciou no dia 1 de outubro, com a oferta de 22 disciplinas e com os 5 pontos itinerantes em funcionamento (Póvoa de Santo António, Santar, Urgeiriça, Carvalho Redondo e Vilar Seco)

Aula de mobilidade física aos utentes do Centro de Dia da Associação do Folhadal

Sessão de abertura do novo ano letivo com uma Ação de Informação sobre “Alzheimer e outras Demências”, associando-se assim o Dia Mundial da Doença de Alzheimer

Participação da Universidade Sénior na Semana Europeia do Desporto, na valência de Atividade Física Sénior

Coro Misto atua no Centro Paroquial de Nelas e no Centro de Dia do Folhadal

Ação de Informação sobre “Os principais erros alimentares”,

Ação de informação sobre “Leitura de Rotulagem Alimentar” no Projeto Itinerante da Universidade Sénior de Nelas

Participação no Congresso “Pensar a Terceira Idade, conceitos e práticas”

Participação na III Semana da Terceira Idade do Centro de Dia do Folhadal, com apresentações dos alunos da Disciplina de Teatro da USN

Promoção do envelhecimento ativo e apoio à população idosa

Histórias de Vida e Vida com Histórias – Nova atividade em parceria com a Biblioteca Municipal António Lobo Antunes

Alunos da Universidade Sénior visitam Laboratório Móvel das Ciências Viseu Dão Lafões

Serviço Municipal de Apoio à Economia Social

Incentivo à Natalidade - Desde setembro de 2021, requereram o apoio 10 agregados familiares.

Apoio Alimentar - Foram realizadas 11 entregas de Cabaz de Produtos Agrícolas do “Mercadinho de Produtos Agrícolas”, abrangendo 442 pessoas e 157 agregados familiares, das diversas freguesias do concelho de Nelas.

No que diz respeito, ao Cabaz Alimentar Mensal (supermercado), foi realizada uma entrega abrangendo 26 famílias num total de 74 pessoas, das diversas freguesias do concelho.

Cartão Sénior Municipal - No âmbito do projeto, Cartão Sénior Municipal, foram entregues, 33 cartões a munícipes com idade igual ou superior de 66 anos de idade de todo o Concelho.

Loja Solidária - A Loja Solidária de Nelas, contou com 11 doações de diversos artigos (vestuário diverso, mobiliário, brinquedos, utensílios de cozinha, etc.) provenientes de particulares e 1 doação dos colaboradores da empresa FAURECIA. Ainda durante o período em causa, 9 agregados familiares realizaram marcação e beneficiaram dos produtos disponíveis na loja.

Banco Local de Voluntariado - No âmbito do projeto local do “Banco Local de Voluntariado”, contamos com a colaboração de mais de duas dezenas de voluntários.

Programa Abem – Rede Solidária do Medicamento

Foram aprovadas 3 candidaturas, submetidas na plataforma.

Início da elaboração da Carta Social Municipal, Diagnóstico Social e Plano de Desenvolvimento Social



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Realizadas mais de duas dezenas de atendimentos sociais e visitas domiciliárias
Atividades desenvolvidas pelo SEC

- o Atividades da Rede Cultural do Alto Mondego
- o Arranque do Ano Letivo:
 - Serviço de Refeições (introdução da ementa vegetariana)
 - Regime da Fruta Escolar (IFAP + FrutiCool)
 - Atividades de Enriquecimento Curricular
 - Participação de Escalões
 - Transportes
- o Oferta de vouchers (Pré-Escolar + 1.º CEB) – material escolar e Livros de Fichas
- o Escola Municipal de Música – início das aulas e arranque do projeto Todos ao

Palco

- o Projeto Música Maestro (Pré-escolar)
- o Dia Mundial da Alimentação (entrega de panfletos informativos)
- o Visita do Laboratório Móvel das Ciências – iniciativa da CIM Dão Lafões, com a colaboração do Município, em articulação com os Agrupamentos de Escolas

Informação sobre finanças e património municipal:

Dados relativos ao último mês encerrado, ou seja, 30 de novembro de 2021:

- a) A dívida de médio e longo prazo foi de 9.769.333,84€;
- b) A dívida orçamental de curto prazo, a fornecedores e outros credores, foi de 2.502.391,47€.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Em termos regimentais, o Senhor Presidente da Câmara dispõe de 20 minutos para a sua exposição que consta do documento que tem 7 folhas e que foi enviado a todos os Senhores Deputados.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Muito boa noite a todos, uma vez mais.

Eu partia, precisamente, pelo que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal explanou. Portanto, o Relatório é um Relatório que tem a ver com as atividades desenvolvidas em pouco mais de 2 meses de posse do novo Executivo.

Muitas obras são obras de continuidade, como é óbvio. E, portanto, o documento foi recebido por todos os Senhores Deputados da Assembleia Municipal. Portanto, o que nós poderemos colocar aqui é somente algum esclarecimento que possa existir sobre o documento que está aí plasmado e que os Senhores Deputados receberam também todos e que podemos falar mais detalhadamente.

As informações são sobre as obras municipais, o ambiente, a gestão urbanística e o planeamento. Depois tem sobre os diversos Setores de atividade da Autarquia. Portanto, julgamos que está aí devidamente explanado as atividades desenvolvidas, volto a reiterar, nestes dois meses de exercício deste Executivo. E, portanto, fará também mais sentido, eventualmente, no próximo, que haja outro tipo também de atividades.

Este Relatório, digamos assim, sobre a atividade municipal fica à consideração também dos Senhores Deputados da Assembleia Municipal. Alguma, ou algum comentário eventual sobre o mesmo. Obrigado.

O Senhor Presidente da Assembleia:



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

- Muito obrigado, Senhor Presidente. Então, eu perguntava ao Plenário se têm alguma sugestão a apresentar a esta informação do Senhor Presidente da Câmara. Ninguém? Muito bem.

Então, se ninguém tem sugestões passaríamos ao ponto 2.2 que é - Aprovar, nos termos da alínea a), do n.º 1, do art.º 26.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o Regimento da Assembleia Municipal.

Neste aspeto, eu gostaria de salientar que há 4 pequenas alterações no novo Regimento, que constam, não sei se se aperceberam, consta do Artigo 2.º, na terceira linha, que anteriormente referia apenas, nos poderes de apreciação e fiscalização, artigo 24.º, agora consta dos artigos 24.º a 31.º. É novo no novo Regimento porque, de facto, a Lei n.º 75 refere que os poderes de apreciação e fiscalização e de competência constam, de facto, destes 7 artigos, de 24.º a 31.º. Trata-se de uma pequena precisão. Não tem relevância nenhuma e penso que não levantará qualquer obstáculo à sua aprovação.

Há uma segunda alteração que é no artigo 2.º - A, n.º 1, alínea u) e que é, a alínea u) do anterior Regimento, ou do Regimento que ainda está em vigor, referia: Autorizar o Município a constituir as associações previstas no Capítulo IV, do Título III, da Lei n.º 75. Ora, o anterior Regimento referia que era o Título V. Isso não é verdade. Não está na Lei n.º 75 porque, de facto, este Título V eram apenas as Disposições Finais e Transitórias, do artigo 137.º, 138.º e 139.º, que nada tinha a ver, de facto, com esta alínea. E, portanto, também foi alterado.

A terceira alteração é no artigo 39.º, n.º 1, que se acrescentou o seguinte na sua redação, fala da publicidade das transmissões e de "... podendo ser transmitidas via online em plataforma a indicar para o efeito." Isto é, parece-me que era uma aspiração já antiga, a possibilidade de se transmitirem via online estas Assembleias Municipais e, portanto, fica aqui a possibilidade de o vir a fazer quando houver meios técnicos para tal.

A última alteração consta do artigo 60.º, n.º 2, quando, na parte final, dizia que: "aprovado pela Lei n.º 29/87, de 30 de junho, republicada pela Lei n.º 2/2020, de 31 de março", que é a atual, porque a anterior republicação deixou de estar em vigor.

Portanto, são estas 4 alterações que constam do novo Regimento. Foi recebido por todos. Portanto, não sei. Há alguma sugestão a fazer? Não há? Há, há. Faz favor.

O Senhor Deputado António Borges Santos:

- É só para dizer que concordo, absolutamente, com as alterações que são decorrentes da Lei. Portanto, não há nada a dizer. Por acaso, fiquei admirado porque estava à espera de uma revolução a nível de Regimento atendendo à parte final da outra Assembleia em que quase fui crucificado porque não autorizei substituições de pessoas, contra a Lei. Afinal, o Regimento vem sem nenhuma alteração porque, se calhar, agora o Presidente é um Advogado e disse que isso não é possível e pôs os pontos nos is.

Muito obrigado.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Consultei a Lei, mas também eu li a sua ata e entendo que tinha razão.

O Senhor Deputado António Borges Santos:

- Pronto. É só que, de facto, tanta vez que isso foi discutido. Pensava que isso era um cavalo de batalha aqui. Mas, afinal, não.

Muito obrigado pela sensibilidade que teve. Muito obrigado.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado, Senhor Deputado. Então, não havendo mais sugestões ao Regimento, procedíamos à sua votação. Quem vota contra? Quem se abstém? Portanto, aprovado com 26 votos a favor e 1 voto contra do Senhor Deputado Carlos Almeida.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

(A Senhora Deputada Maria José Serol, que estava presente por videoconferência, votou a favor.)

O Senhor

Ai, tem que ler a minuta da ata. Faz favor.

A Senhora Primeira Secretária, Maria José Figueiredo Paiva Sousa Cabral:

MINUTA DA ATA

O ponto 2.2 – Aprovar, nos termos da alínea a), do n.º 1, do art.º 26.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o Regimento da Assembleia Municipal, foi posto à discussão, tendo sido aprovado com 26 votos a favor e 1 votos contra.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Então, punha-se à votação a minuta da ata. Quem vota contra? Quem se abstém?
Aprovada por unanimidade.

Ponto n.º 2.3 - Aprovar o pedido de apoio técnico para utilização da plataforma de contratação pública no âmbito da candidatura apresentada sob a operação 10.2.1.4 – Cadeias Curtas e Mercados Locais (Aviso n.º 004/ADD/10214/2021) – referente ao projeto “Requalificação do Mercado da Vila de Canas de Senhorim”, promovido pela Freguesia de Canas de Senhorim, que está relacionado com o ponto 2.4 - Aprovar o apoio financeiro a conceder à Freguesia de Canas de Senhorim, no âmbito da candidatura apresentada da operação 10.2.1.4 – Cadeias curtas e Mercados Locais (Aviso n.º 004/ADD/10214/2021), referente ao projeto “Requalificação do Mercado da Vila de Canas de Senhorim”, promovido pela Freguesia de Canas de Senhorim.

Ora bem, embora relacionado com o mesmo assunto, são dois pontos diferentes e, naturalmente, temos que votá-los em separado. Os Senhores Deputados receberam estes documentos quanto à aprovação do pedido de apoio técnico e quanto ao apoio financeiro.

Não sei se o Senhor Presidente da Câmara que dar alguma explicação sobre isto porque trata-se de uma obra que tinha o seu início programado para setembro de 2021 e a conclusão era em agosto de 2022. E, enfim, a obra está num avançado estado de execução, apesar de só hoje estarmos a apreciar estes pedidos. Se o Senhor Presidente da Câmara quiser dar alguma explicação prévia sobre isto, faz favor, tem a palavra.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Senhor Presidente da Assembleia Municipal, muito boa noite, uma vez mais.

Esta candidatura à ADD é no seguimento da Requalificação do Mercado da Vila de Canas de Senhorim. É um projeto que foi pedido o apoio técnico para a utilização da plataforma da contratação pública no âmbito da candidatura e foi levado a reunião de Câmara e foi aprovado em reunião de Câmara. E, obviamente, tem que ser submetido à Assembleia Municipal para votação e para deliberação, digamos assim, da proposta que foi apresentada.

Para já, deixaria este ponto nesta matéria e no outro falaríamos depois quando estivermos nele, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Exatamente. Passamos à aprovação deste pedido, se não há outro, ai, há. Senhor Deputado Rui Costa, quer intervir? Faz favor.

O Senhor Deputado Rui Costa:

- Senhor Presidente, eu queria pedir esclarecimentos sobre esta situação.

Então, está aqui para aprovar um apoio técnico para utilização de uma plataforma de contratação pública? Então, mas agora faz-se as obras e depois faz-se contratação pública? O que é isto?



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Isto parece algo ilegal, coisas do arco-da-velha. Ou seja, põe-se o empreiteiro a trabalhar., sem contratos, sem nada. E, depois, acontecem as obras a mais, como têm acontecido no passado. Atenção, isto é grave, meus Senhores, muito grave. Começar uma obra sem ter um contrato? O que é isto? Ou seja, há que pedir responsabilidades sobre essa situação, Senhor Presidente.

Eu peço a este Executivo Camarário que exija, como Deputado Municipal, apuramento das responsabilidades sobre este tema. É a utilização de dinheiros públicos sem contratos, previamente, realizados.

E, depois, uma obra de 100.000,00 euros, custa 200.000,00 euros, ou 300.000,00 euros. E depois andamos todos aqui a dizer assim: Não há dinheiro. Pois, não há dinheiro porque as pessoas não o utilizam como deve ser.

Muito obrigado.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Eu penso que a inclusão deste ponto de aprovar o pedido de apoio técnico não tem nada a ver ainda com o financiamento porque isso está no ponto seguinte. É no outro ponto seguinte.

De qualquer forma, mais alguém quer fazer intervenções sobre este ponto? Quer dar esclarecimentos, Senhor Presidente da Câmara?

O Senhor Presidente da Câmara:

- O que nós estamos a falar deste apoio à contratação pública é da candidatura que vamos aprovar a seguir, Senhor Deputado Rui Costa. Portanto, é nesse sentido que foi feito também esse apoio. O procedimento anterior está a ser alvo de acompanhamento também por parte do Executivo. O que nós estamos a falar é para este projeto que está a seguir, para a realização do projeto que está a seguir, como o Senhor Deputado, suponho que também saberá.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Não há mais esclarecimentos? Não há mais pedidos? Então, podemos votar.

Então, quem vota contra? Quem se abstém? Então, aprovado, por unanimidade. Então, ler a minuta.

A Senhora Primeira Secretária:

MINUTA DA ATA

O ponto 2.3 – Aprovar o pedido de apoio técnico para utilização da plataforma de contratação pública no âmbito da candidatura apresentada sob a operação 10.2.1.4 – Cadeias Curtas e Mercados Locais (Aviso n.º 004/ADD/10214/2021) – referente ao projeto “Requalificação do Mercado da Vila de Canas de Senhorim”, promovido pela Freguesia de Canas de Senhorim, foi posto à discussão, tendo sido aprovado com 27 votos a favor, por unanimidade.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Quem vota contra a minuta? Quem se abstém? Está aprovada por unanimidade.

Então, agora, podemos passar ao ponto 2.4 - Aprovar o apoio financeiro a conceder à Freguesia de Canas de Senhorim, no âmbito da candidatura apresentada da operação 10.2.1.4 – Cadeias curtas e Mercados Locais (Aviso n.º 004/ADD/10214/2021), referente ao projeto “Requalificação do Mercado da Vila de Canas de Senhorim”, promovido pela Freguesia de Canas de Senhorim.

Os Senhores Deputados receberam também toda a documentação relacionada com este ponto. Por aquilo que tive oportunidade de me aperceber, trata-se de uma obra cujo valor da empreitada é de 85.000,00 euros. Tem um financiamento garantido de 34.000,00 euros. E há aqui, digamos, um apoio da Câmara Municipal a conceder à Junta de Freguesia de 51.000,00 euros. Mas melhor explicará o Senhor Presidente da Câmara.

O Senhor Presidente da Câmara:



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

- Obrigado, Senhor Presidente da Assembleia.

Dizer que, como estava referenciado no apoio técnico, estava neste Aviso, como referenciámos no ponto anterior. E a parte do financiamento da Autarquia com recursos a capitais próprios surge no seguimento dessa candidatura também.

É uma candidatura que foi feita ainda pelo Executivo anterior e, naturalmente, que a Autarquia, qualquer ela que seja, neste caso este Executivo honra os compromissos da própria Autarquia porque a Autarquia é uma pessoa de bem. E, portanto, o que estava era um projeto no valor de 85.137,02 euros. Há a parte cofinanciada que o Senhor Presidente da Assembleia referenciou e há a parte com recurso a capitais próprios, que o Senhor Presidente da Assembleia também referenciou, no valor de 51.000,00 euros.

É um projeto que foi submetido, que foi aprovado, em sede do Plano de Investimentos da ADD e para o qual também já foi levado a reunião de Câmara e foi aprovado também em reunião de Câmara. E agora compete à Assembleia Municipal decidir da sua aprovação.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado, Senhor Presidente. Alguém quer intervir nesta parte, neste ponto? Senhor Deputado Pedro, faz favor.

O Senhor Deputado Pedro Pinto:

- Afinal o mentiroso não era eu porque fui ameaçado várias vezes, sendo uma voz viva na Freguesia de Canas de Senhorim, fui ameaçado várias vezes porque muitas das obras que eram feitas na Freguesia de Canas de Senhorim e isto vem confirmar aquilo que, se calhar, eu dizia, que, muitas das obras que foram feitas não tinham razão nenhuma, não tinham nexos nenhuns e era tudo feito só com promessas eleitorais porque nós vamos, enquanto Deputados, vamos aprovar algo que já vai a meio da execução.

E, isto é muito mau. Isto é muito grave. Como isto, espero que não apareçam outras coisas mais para a Junta de Freguesia de Canas de Senhorim e para o Município, porque isto é muito grave. E isto, só, só e eu só estou a usar da palavra para defender a minha pessoa porque, afinal, eu tinha razão.

Em todas, ou em algumas coisas que eu dizia e que a Freguesia de Canas de Senhorim e que o Executivo e me confrontava a dizer que eu era um mentiroso, afinal isto vem dar razão a muitos dos problemas que estão a aparecer e vão aparecer.

É só isso. Obrigado.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado, Senhor Deputado. Algum Senhor Deputado quer intervir neste ponto da Ordem de Trabalhos? Não. Então, passamos à votação.

Quem vota contra este pedido de financiamento? Quem se abstém? Portanto, aprovado por unanimidade.

A Senhora Primeira Secretária:

MINUTA DA ATA

O ponto 2.4 – Aprovar o apoio financeiro a conceder à Freguesia de Canas de Senhorim, no âmbito da candidatura apresentada da operação 10.2.1.4 – Cadeias curtas e Mercados Locais (Aviso n.º 004/ADD/10214/2021), referente ao projeto “Requalificação do Mercado da Vila de Canas de Senhorim”, promovido pela Freguesia de Canas de Senhorim, foi posto à discussão, tendo sido aprovado com 27 votos a favor, por unanimidade.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Então, vamos votar a minuta. Quem vota contra? Quem se abstém? Está aprovada a minuta por unanimidade.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Passaríamos ao ponto 2.5 que é - Quadro de transferência de competências para as Autarquias Locais – Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto – Concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da ação social - deliberação ao abrigo do disposto no artigo 24.º, n.º 2, do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto - Produção de efeitos. Exercício, ou não, das competências em 2021 e comunicação à DGAL – Deliberação.

Ora bem, isto é uma aprovação, é, enfim, um conhecimento tardio porque o ano de 2021 está a terminar. E, portanto, reportava-se, exclusivamente, para o ano de 2021. A Câmara entende que deve recusar este, enfim, não quer aceitar esta transferência. E, portanto, está aqui só para vos dar conhecimento, para o ano de 2021. Perguntava, então, se alguém quer intervir neste ponto. Embora sabendo que as competências virão no dia 1 de abril, estas e outras. O Senhor Presidente da Câmara explicará melhor. Tem a palavra.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Obrigado, Senhor Presidente da Assembleia Municipal.

Dizer que, obviamente, é um procedimento normal a votação sobre a aceitação do quadro de transferências de competências para as Autarquias Locais até à sua efetivação a partir de abril do próximo ano. Em princípio, tudo leva a crer que isso não será alterado nestas e noutras áreas. E o procedimento que tem sido seguido e bem, em termos de Autarquia e tem merecido, em termos de Assembleia Municipal, também a aprovação generalizada de consensualização é de não aceitar o quadro de transferências para o ano vigente, remetendo só para quando for a obrigatoriedade da sua aplicação.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Concluiu, Senhor Presidente? Muito obrigado. Têm que votar? Se têm que votar eu ponho à votação. Pronto, então, quem vota contra? Então, subscrevem esta proposta do Executivo, é isso? Têm que votar não. É evidente. A Câmara não aceita e, portanto, a Assembleia subscreve. Portanto, votam todos contra. Pronto, muito bem, é isso.

Então, vamos à votação: Quem vota contra? Faz favor. Portanto, todos votam contra. Muito bem. Já nem preciso de consultar o resto, nem quem se abstém. A Autarquia é contra. Só aceitará estas transferências quando for obrigatório, que é em 1 de abril. Subscrevem a posição da Autarquia. Votam contra. Muito bem. Portanto, o Executivo Municipal votou contra e a Assembleia também vota contra. Muito bem. Então, vamos aprovar a minuta.

A Senhora Primeira Secretária:

MINUTA DA ATA

O ponto 2.5 - Quadro de transferência de competências para as Autarquias Locais – Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto – Concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da ação social - deliberação ao abrigo do disposto no artigo 24.º, n.º 2, do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto - Produção de efeitos. Exercício, ou não, das competências em 2021 e comunicação à DGAL – Deliberação.

Foi posto à discussão e deliberação a transferência de competências para o Município de Nelas, relativamente ao ano de 2021, tendo sido deliberado não pretender a transferência de competências para o Municipais de Nelas, no domínio da ação social, previstas no Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12/08, relativamente ao ano de 2021, deliberação ao abrigo do disposto no artigo 24.º/2, do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12/8, para posterior comunicação à Direção Geral das Autarquias Locais, com 27 votos contra a transferência de competências.

O Senhor Presidente da Assembleia:



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

- Então, relativamente à minuta: Quem vota contra? Quem se abstém? Está aprovada a minuta por unanimidade. A Câmara é contra. Uma coisa é votar a favor do ponto e outra coisa é votar em sintonia com a Câmara. Não podem votar contra a deliberação da Câmara. Têm que votar a favor. Faz favor, ó Senhor Deputado.

O Senhor Deputado António Borges Santos:

- Desculpem lá, mas isto é uma situação que já se resolveu algumas 20 vezes nesta Assembleia nestes últimos anos. A Câmara tem uma decisão. Ponto. Decisão em função deste ponto. E decidiu não aceitar. Portanto, votou contra a transferência. Ponto. E nós não temos aqui, nós não temos aqui. Esquece o que a Câmara fez. Nós não temos aqui nenhuma deliberação da Câmara. Nós temos, outra vez a Lei de Transferência de Competências. E é sobre isto que nós vamos votar.

E nós vamos dizer que não queremos essa transferência. Como é que nós dizemos que não queremos? Votando contra. Esquece o que a Câmara fez. A Câmara fez e está bem. Nós sabemos que está em sintonia com o que eles fizeram. E mal fora se não estivesse. Mas, nós votamos contra. Portanto, ali não temos que ver a deliberação da Câmara. Nós votámos contra.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- A Assembleia vota contra.

O Senhor Deputado António Borges Santos:

- Pronto, a Assembleia vota contra.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Na minuta está todos contra. Pronto, a Assembleia votou toda contra. Então, está aprovada a minuta.

Ponto 2.6 - Informação sobre a situação económica-financeira para efeitos do Artigo 77.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro – Relatório ROC a 30/06/2021 – Conhecimento.

Portanto, daria a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Muito obrigado, Senhor Presidente da Assembleia Municipal.

É um documento que todos os Senhores Membros da Assembleia Municipal receberam. É um documento habitual que se recebe e é obrigatório, sobre a situação económica-financeira. E diz respeito ao primeiro semestre deste ano de 2021.

Certamente que os Senhores Deputados leram o documento. Deixaria aqui só uma leitura mais atenta par a página 6 do documento que nos remete, quer para a Demonstração dos Resultados, quer na questão das Provisões e dos Passivos Contingentes. O primeiro, para dizer que, no que diz respeito ao resultado líquido do período indicado de seis meses findo em 30 de junho de 2021, o mesmo foi negativo em 447.032,00 euros, sendo que os Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento sofreram um aumento de 310.539,00 euros face a 30 de junho de 2020.

Ora, isto depois também entrará na parte do que é a análise do que é a situação financeira da Autarquia e depois do que é também até o próprio Orçamento Municipal para falarmos sobre isso. Há aqui um aumento grande no que concerne ao Resultado Líquido do primeiro semestre face ao período homólogo do ano anterior.

E também uma questão que não deixa de ser também relevante e também temos que falar sobre ela. No âmbito dos trabalhos intercalares da Auditoria do exercício de 2021, dizem os Revisores e em conjunto com os Serviços de Contabilidade do Município, foram identificadas despesas incorridas suportadas apenas em informação/despacho de responsável e sem a tramitação legal do circuito de despesa, como seja a cabimentação, compromisso, liquidação e autorização de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

pagamento e pagamento e bem assim, sem qualquer procedimento prévio de contratação pública associado, nos casos aplicáveis, não sendo líquido que os mesmos tenham sido emitidos antes da data do respetivo fornecimento do bem/serviço.

As despesas nesta situação e cuja entrega/fornecimento terá ocorrido previsivelmente até final do 1.º semestre de 2021, totalizam o montante de 169.257,04 euros. Número que, entretanto, foi atualizado já no segundo semestre e que haverá uma comunicação oficial bem brevemente.

Isto, para dizer que é líquido para nós, que também está aqui plasmado no documento dos Revisores Oficiais de Contas, quer o aumento do Resultado Líquido negativo no primeiro semestre, quer a questão processual do circuito de Despesa que não estava a ser, devidamente, instruído.

Obrigado, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Obrigado. Depois desta informação do Senhor Presidente da Câmara, algum dos Senhores Deputados pretende algum esclarecimento adicional? Não. Pelos vistos, não. É uma informação só para conhecimento.

Ponto 2.7 - Aprovação das propostas de Orçamento Municipal e das Grandes Opções do Plano para o ano de 2022. Daria, de novo, a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Muito obrigado, Senhor Presidente da Assembleia, uma vez mais.

O Orçamento para o ano de 2022 é um Orçamento que está ele também muito amarrado às responsabilidades assumidas pelo anterior Executivo. Está comprometido, naturalmente, com o Exercício anterior, não invalidando, naturalmente, que na parte que concerne às GOP,s se tenha tentado privilegiar, dentro dos condicionalismos de ordem financeira e pouca folga orçamental, quer na componente social, quer as obras, ou, pelo menos o início das obras de proximidade nas Freguesias.

E este condicionamento financeiro é conhecido e tem a ver também muito relacionado com os encargos elevados e a Despesa desmesurada com incidência maior no segundo e terceiro trimestres do ano de 2021, do ano em curso e do que também se evidenciou no Relatório dos ROC,s anteriormente, como nós falámos, quer na questão do aumento da Despesa e do Resultado Líquido com o aumento do Resultado Líquido para valores perto dos 500.000,00 euros, quer da questão também de assunção de Despesa sem o devido compromisso.

Muitas das Despesas, também não sendo obrigatório, foram feitas sem os fundos disponíveis devidamente calculados, o que fez com que houvesse um exponencial da Despesa que depois não teve a respetiva componente financeira para a acompanhar. Fruto disso, têm-se avolumado as Despesas, particularmente, que têm aparecido a partir da tomada de posse deste Executivo. E isso também tem criado bastantes constrangimentos, como é normal, à Tesouraria e depois à própria planificação do Orçamento.

Há um conjunto elevado de Despesa a Fornecedores, que também tem aparecido agressivamente, o que faz com que o Orçamento seja um Orçamento também que vá ao encontro das responsabilidades assumidas, particularmente no que concerne às Despesas de Capital que têm transitado anos sucessivamente e que já deviam estar concluídas e não estão. E têm que ser concluídas porque há a obrigatoriedade legal também de as concluirmos sob pena de sermos penalizados, precisamente se não forem concretizadas essas obras.

E, portanto, o que foi feito foi um Orçamento em que foi levado em linha de conta as responsabilidades que o Município tem que assumir e torná-las plasmadas no Orçamento com a contenção que tem que ser feita.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Apesar do Orçamento ter o valor que tem, tem muito a ver, como eu já falei, com a questão das Despesas de Capital, que são elevadas e que têm transitado de ano após ano.

Nós temos falado nessa questão nas tramitações e nas despesas irregulares com as empreitadas também e na dívida total. E portanto, a prioridade neste Orçamento foi para honrar os compromissos, para cumprir os prazos que estão estabelecidos e nas Despesas de Capital de forma a, nos próximos Orçamentos, conseguirmos ter um cenário que nos possa permitir concretizar as Opções e o Manifesto que apresentámos com o Programa que apresentámos a sufrágio às populações.

E, de uma forma genérica, é a forma que nós gostaríamos de apresentar o Orçamento. Deixará, agora, à consideração dos Senhores Deputados alguma informação adicional que julguem pertinente ser feita.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Ora, os Senhores Deputados receberam todos o Orçamento. Poderão verificar que os Mapas que dele constam têm uma Previsão de 22 milhões de euros para o próximo ano. Não sei se querem alguma especificação quanto às verbas que vêm enunciadas aqui quanto à Receita prevista.

Penso que há aqui uma de 4.545.000,00 euros, que são as Receitas do FEF. Essas serão garantidas. Depois tem outras Receitas de 1.235.000,00 euros, que é o IMI. Tem a Derrama, meio milhão de euros. Tem o IUC, 320.000,00 euros. O IMI tem 300.000,00 euros. O IRS que se prevê arrecadar, 466.000,00 euros. Água e Saneamento, mais 1.900.000,00 euros.

Não sei se alguém quer pôr alguma questão sobre a parte da Receita ao Senhor Presidente da Câmara, perguntando-lhe se, de facto, estes valores estão consolidados e há garantias do seu recebimento, ou não. Ou se estão empoladas.

E, relativamente à Despesa, se alguém tem algum interesse em saber, por exemplo, qual é o montante da Despesa com o Pessoal, que aqui está, digamos, provisionada para 4.884.000,00 euros. Se, de facto, este é o valor correto. Se é muito. Se é pouco. Os Senhores Deputados estão à vontade para fazerem as perguntas que entenderem ao Senhor Presidente da Câmara.

E, de facto, há aqui outras Despesas que talvez o Senhor Presidente da Câmara queira explicar melhor. Há aqui a Aquisição de Bens e Serviços de 4 milhões de euros. E tudo quanto é necessário para Despesas Correntes e Despesas de Capital.

Portanto, Senhores Deputados, temos aqui 22 milhões de euros para gastar no próximo ano. Faz favor, está à vossa disposição, as perguntas que entenderem fazer ao Senhor Presidente da Câmara porque, de facto, isto é um documento fundamental para a nossa vida no próximo ano.

Ninguém quer fazer perguntas ao Senhor Presidente da Câmara. Há, Senhor Professor, Senhor Deputado, faz favor.

O Senhor Deputado António Borges Santos:

- Muito obrigado, Senhor Presidente, mais uma vez.

Portanto, olhando para este Orçamento não podemos, de forma nenhuma, votar contra porque o Orçamento é um pouco idêntico.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Ó Senhor Deputado, era melhor tirar a máscara por causa da gravação.

O Senhor Deputado António Borges Santos:

- E até me dá jeito.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado.

O Senhor Deputado António Borges Santos:



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

- Obrigado. Portanto, estava eu a dizer que este Orçamento é um Orçamento idêntico ao anterior, tanto em conteúdo, como em valores. Portanto, anda muito próximo. Ideias novas, projetos novos, não encontrei. Não sei se há. Mas o Senhor Presidente da Câmara depois dirá.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Senhor Deputado, isso é para o Plano. É a seguir.

O Senhor Deputado António Borges Santos:

- Mas, Senhor Presidente, eu posso falar já aqui.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Só estamos a falar de dinheiro agora.

O Senhor Deputado António Borges Santos:

- Não, pronto, Plano e Orçamento, senão, nunca mais daqui saímos.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- O Orçamento e as Opções do Plano. Faz favor, pode continuar.

O Senhor Deputado António Borges Santos:

- Pronto. É evidente que, aí tenho que dar os parabéns ao Executivo porque acabou por fazer um Orçamento, embora tivesse três meses para o fazer, acabou por o fazer em pouco mais de 60 dias e, portanto, temos que reconhecer que herdou um Orçamento já com uma estrutura pesada, como o Senhor Presidente da Câmara disse, a nível de obras.

Mas há aqui duas, ou três perguntas que eu gostaria de fazer. Na parte das Receitas há aqui uma Receita de 03-01- Outros, de 1.225.000,00 euros. Eu gostava de saber a que é que isso se refere. Eu, parece-me que será dos empréstimos. Agora, gostava de saber se é só dos empréstimos contratualizados, que já herdou do Executivo anterior, ou se são hipóteses de empréstimos novos. Portanto, se, de facto, isso se refere a empréstimos. O que diz é: Outros. Eu digo que é empréstimos porque não os encontro em lado nenhum. Portanto, deduzo que será os empréstimos.

Outra situação também que verifiquei também nas Receitas, é que as Receitas da Água subiu de 725.000,00 euros para 900.000,00 euros, aproximadamente, 25%, 24%. E a Despesa do Saneamento subiu de 200.000,00 euros para 550.000,00 euros. Portanto, quase triplicou. O dos Resíduos Sólidos manteve-se mais, ou menos, na mesma. Portanto, era 500.000,00 euros, passou para 520.000,00 euros. Portanto, na questão das Receitas são estas dúvidas que eu tenho e que gostaria que depois o Senhor Presidente me dissesse o que é que entende sobre isto.

Quanto às Despesas, há aqui outra.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Senhor Deputado, deixe-me só interromper. Quando falou aí nesse aumento dos Resíduos Sólidos, estamos a falar em Receitas e não Despesas.

O Senhor Deputado António Borges Santos:

- Em Receitas, em Receitas.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Mas percebi que tinha falado em Despesas. Não. Falou em Receitas. Sim, Senhor. Pode continuar, Senhor Deputado.

O Senhor Deputado António Borges Santos:

- Não, é Receitas, é Receitas. A Despesa não pode fazê-la, porque ela, além da água que se compra, está entre outras coisas, a entrar na Despesa, senão era uma mina, porque a Despesa da Água é só. 550.000,00 euros. Mas não, não é assim. Pronto. Sim, só estou a comparar é o aumento de um ano para o outro. Mais nada. Portanto, nem estou a entrar em quaisquer considerações. Pronto.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Quanto à Despesa, há aqui uma rubrica que é Outros Trabalhos Especializados. É a rubrica 01-02-02, que em 2021 foi 879.354,00 euros e este ano é de 1.415.251,00 euros. Portanto, há um acréscimo de mais de 500.000,00 euros. Quais são os Trabalhos Especializados? Não sei.

Depois, na rubrica 01-02-02-14 – Serviços, Estudos, Pareceres e Consultadoria, 100.000,00 euros, tal como no ano passado. Só que, com a promessa que as Consultadorias e as Avenças iam desaparecer, pensava que esta verba viesse bastante reduzida. O que não aconteceu.

Outra situação que me preocupa, portanto, já não são só números, é a Habitação. A Habitação Social, temos o 1.º Direito, que foi aqui dito nesta Assembleia e foi aprovado pela Assembleia, foi aprovado pela Câmara, a Estratégia Local de Habitação, em que tínhamos um Protocolo com o IRHU de 4,7 milhões de euros, 2,9 milhões de euros a fundo perdido. Neste momento, os valores que estão são residuais e resumem-se apenas a Estudos. Tudo estaria bem se nos anos seguintes aparecessem estes valores. Não aparecem.

Portanto, gostava de saber se isto não se efetivou, se, de facto, há alguma coisa que me passou ao lado, porque é uma coisa que me preocupa, a Habitação Social, até porque a Habitação Social, neste protocolo com o IRHU, tinha uma parte em que era Habitação Social para Indivíduos de Etnia Cigana que podia ser financiada até 100%. Portanto, é um valor que não podemos, de maneira nenhuma, subestimar. A não ser que tenha havido alguma situação anormal que eu não conheça. Portanto, era só isso que queria saber.

Outra situação também que, também foi aqui dito e não sei se é a Requalificação da Ponte sobre o Rio Mondego. Também está com um euro, ou não sei quantos. E foi dito aqui que havia verbas provenientes do Elsa e do Fabien para o Fundo de Garantia Municipal. Portanto, pelo menos foi-nos dito que no Fundo de Garantia Municipal havia Fundos para conservação da Ponte porque os Estudos que foram feitos apontavam para algumas obras que era necessário fazer. Portanto, é uma situação que temos que ter em atenção porque, se algum dia a Ponte cai, Deus nos livre. E não parece que seja a situação. Mas temos que prevenir isso. E no Orçamento não parece que está previsto. Pelo menos, eu não o encontrei.

Indústria e Energia, mantém o Lote 1 e o Lote 2, da Zona Industrial 1. Mas há uma estrada, que era a Estrada que seria prioritária para acesso à Zona Industrial, tirando o trânsito da Estrada Nacional n.º 234, chamada a Estrada do Chão do Grou, que, ou está num destes lotes, ou desapareceu. Inclusivamente, eu acho que ela já estava adjudicada. Portanto, não sei o que é que se passa com esta Estrada e gostaria de saber se, de facto, há alguma situação sobre isso.

Pronto e de uma maneira geral, acho que está bem. O Orçamento é o que é. Nós não podemos dizer, de forma nenhuma, dizer que somos contra. Também não vamos dizer que estamos a favor. Mas, vamo-nos abster, com certeza na votação deste ponto. Obrigado.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado, Senhor Deputado. Para responder, dava a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. Ainda há outra intervenção. Senhor Deputado Rui Costa, faz favor.

O Senhor Deputado Rui Costa:

- Muito obrigado, Senhor Presidente.

Há aqui uma situação que despertou atenção em grande porque, realmente, é cerca de um milhão de euros que o Município tem neste Orçamento para 25 processos em curso, processos judiciais. Imaginem este dinheiro a dividir pelas Freguesias do Concelho, Senhores Presidentes.

Eu gostava de ver esclarecida, um bocado, esta situação. Um milhão de euros para processos judiciais? Então, mas que situação é esta, Senhor Presidente? É que teve que o colocar em Orçamento e nós queremos saber, realmente, o que é que se passa com isto.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Depois, perguntar-lhe também a situação do Reservatório, os 4.000 litros de água, 4.000 litros não, 4 mil metros cúbicos de água, que foi inaugurado em plena campanha eleitoral e que, segundo parece, não está a funcionar. Não tem energia elétrica para as bombas. Não tem casa de banho para o Pessoal. Incrível. E foi inaugurado com pompa e circunstância. Inclusivamente, digo-vos, 4.000 metros cúbicos de água. Que foram gastos pelo anterior Executivo para inaugurar o Reservatório. Que depois teve que o mandar para o esgoto. As pessoas estão conscientes do que é que aconteceu? Essa água foi paga, é paga pelos Cidadãos deste Concelho, para fazer uma inauguração.

Depois a situação da ETAR III, já apregoada há muito tempo e com, cada vez mais problemas, com problemas, com mais trabalhos a mais. Tudo isto está refletido no Relatório. E é um bocado complicado chegarmos a esta situação. Depois admiram-se que não há obras novas. Que não vêm nada no Relatório, no Orçamento, como obras novas.

Como é que se pode fazer obras novas se em dois meses e meio de governação chegam cerca de um milhão de euros em faturas que não estão cabimentadas? É óbvio que depois admiram-se porque é que não há obra, porque é que não há Orçamento com novas coisas, quando o anterior Executivo e digo-vos mais, isto aqui é para ser dito, quando tomou conta desta Casa referiu que havia 700.000,00 euros para pagar a Fornecedores. Mas esse dinheiro estava depositado no banco para poder ser pago. Não foi pago. Se não foi pago foi porque o Executivo anterior não quis.

Portanto, meus Senhores e agora este não. Agora está um milhão de euros com faturas. E digo-vos, há faturas que têm mais de três anos. Em três anos não se consegue cabimentar essas situações? Desculpem, isto tem que ser dito, isto tem que ser dito. As verdades têm que ser ditas e as pessoas têm que assumir aquilo que fizeram.

O Senhor Deputado António Borges Santos:

Era só sobre a questão de um milhão de euros que ficou para fazer os pagamentos. Um milhão de euros que ficou foram para pagar o empréstimo que tinha sido contraído, que tinha que ser pago no fim do ano e que tinha que estar reservado o dinheiro para o fazer. Não era para pagar as despesas irregulares. Nunca foi. E, isso toda a gente sabe que nunca foi. E também é verdade que, se elas não foram pagas, foi porque foram contestadas várias vezes da legalidade de algumas delas.

Agora, se isso é verdade, ou não, algumas já foram pagas porque o Tribunal decidiu que era assim. Tudo bem. Mas isso é outra situação que nós temos que não andar sempre a dizer a mesma coisa. Que ficou lá dinheiro. Não ficou lá dinheiro nenhum para isso. Ficou lá dinheiro para pagar a prestação do fim do ano. Isso ficou. E tinha que ficar. Era obrigatório. Pronto.

Agora, já agora, não era para cá vir, mas esqueci-me de uma coisa, vou perguntar agora, aproveitar. Ainda é nos investimentos, há aqui uma outra rubrica que me criou alguma espécie, eu gostava também que me esclarecessem. É uns investimentos incorpóreos. É o 01-02-07-01-13, que no passado foi de 705.000,00 euros e este ano é de 1.719.000,00 euros. Quer dizer, é mais de um milhão de euros de diferença. Eu não estou a dizer que isto esteja mal. Gostava de saber é para que é, se fosse possível.

Muito obrigado.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado, Senhor Deputado. Senhor Deputado Augusto Borges da Silva.

O Senhor Deputado Augusto Borges da Silva:

Boa noite, mais uma vez.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Só para fazer uma intervenção muito breve porque têm vindo aqui os Senhores Deputados do PSD e do CDS-PP falar que está tudo muito mal. Coitado do Reservatório, falta energia, a ETAR que tem obras a mais, etc.

É assim: Eu só queria referir que todos os males fossem ter um novo Reservatório de água quando, há muito pouquíssimo tempo atrás, há muito pouquíssimo tempo atrás tivemos a imagem dos camiões-cisterna todos a irem buscar água ao Rio Mondego porque não havia lá água em lado nenhum por volta da altura dos incêndios. Há oito anos atrás, a Câmara Municipal estava com problemas a nível ambiental porque não tinha ETAR,s a funcionar e agora tem um monte de ETAR,s.

Portanto, Senhores Deputados, as verdades são para ser ditas. É verdade. E é verdade também que há quem caminhe pela floresta e só veja lenha para queimar. Eu acho que neste caso aqui muito em concreto os Senhores Deputados estão a ocupar um bocadinho esse papel. Portanto, as verdades têm que ser ditas e as realidades têm que ser observadas. E a realidade é: Havia problemas, estão a ser solucionados. Estão no caminho de ser solucionados. Portanto, como vemos aqui e com uma Câmara dentro dos limites do endividamento, nem tudo é mau, Senhores Deputados.

O Senhor Presidente da União de Freguesias de Santar e Moreira:

- Boa noite.

Cumprimentar o Senhor Presidente da Mesa,

Restantes Secretárias,

Senhor Presidente da Câmara,

Senhores Vereadores,

Caros Colegas,

Digníssimo Público.

O que me trás aqui é uma questão, em particular, que gostaria de colocar ao Senhor Presidente da Câmara, relativamente à requalificação da candidatura do PAMUS ao Centro Urbano de Santar em que, num valor de 1.151.000,00 euros, em que, se bem me apercebo, tem aqui contemplado no Plano Plurianual com um euro para 2022.

Queria que me fizesse o ponto de situação desta situação que, pronto, do anterior Executivo sabia-se que estava até um concurso que ficou vazio e que havia uma necessidade de uma reprogramação do próprio valor da obra. Agora, muito me espanta aparecer este valor numa obra que é essencial para o desenvolvimento de Santar e onde existem compromissos assumidos com investidores em Santar.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado, Senhor Deputado. Não há mais intervenções neste aspeto. Eu, antes de dar a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para os esclarecimentos que julgar necessários, relativamente à pergunta que fez o Senhor Deputado Rui Costa, nos documentos que foram enviados há lá uma rubrica do Orçamento que diz Responsabilidades Contingentes, onde constam 25 processos judiciais, onde, de facto, está prevista uma verba de quase um milhão de euros. Portanto, está devidamente, digamos, orçamentada. Mas o Senhor Presidente da Câmara depois responderá em que situação é que se encontra cada um deles, uma vez que um já é de 2012 e só no ano de 2021 apareceram mais 5. Mas, o Senhor Presidente da Câmara, enfim, responderá em que situação é que se encontra cada um destes 25 processos. Dava a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Uma vez mais, então, obrigado Senhor Presidente da Assembleia.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Tentar responder a todas as questões que foram colocadas pelos Senhores Deputados da Assembleia Municipal. E começando pelo Senhor Deputado Professor Borges, nas Grandes Opções do Plano, Professor Borges, há-se ver que na parte social, particularmente, nos Lares e no apoio à COVID-19, também há essa aposta na componente social e também em infraestruturas de proximidade nas Juntas de Freguesia.

Como eu tinha dito e como o Senhor Deputado sabe e os Senhores Deputados, o Orçamento é um documento previsional. Tem condicionalismos diversos que nós falámos, de ordem financeira. Mais um que cresce, mais um, que vamos ter menos 600.000,00 euros de FEF, de Transferências do Estado, para o Orçamento de 2022.

Portanto, esses condicionalismos todos inviabilizaram nós concretizarmos, obviamente, o Programa que gostaríamos de implementar. Independentemente disso, conseguiu-se, de alguma forma, em áreas onde nós julgamos pertinentes apostar e também fazer algum reforço nesse sentido, como digo, nos condicionalismos que estavam reservados.

E há ainda também aqui questões, como os Quadros Comunitários, tanto do PRR, como do PT2030, onde nós também nos possamos candidatar a infraestruturas, como estamos a pensar fazê-lo. Na questão das GOP,s julgo que era essa a questão que estaria colocada.

No que concerne à parte das Receitas e da Receita de Água e do Saneamento, dizer ao Professor Borges e aos Senhores Deputados, como nós sabemos aqui, a questão não é tanto da Receita da Água, porque a Receita da Água é um pouco maior do que a do ano transacto. O efeito substancial, digamos assim, é na parte do Saneamento.

E como o Professor Borges e os Senhores Deputados sabem também, tem muito a ver com o que decorre das obrigações que têm a ver com as candidaturas que foram feitas e com a questão da tarifa do Saneamento que é um procedimento obrigatório, que está associado à construção das ETAR,s.

Com a construção das ETAR,s e devido ao custo da manutenção associado e que deveria estar este custo desde 2016, paulatinamente a ser realizado. O Município encontrava-se legalmente obrigado a atualizar esse valor e não o fez, o que vai fazer com que tenha este aumento que tem que ser feito com a obrigação que a ERSAR impõe e que eu sei que o Professor António Borges sabe isso, de certeza absoluta também.

Neste momento, o Município está a ser confrontado pelas Entidades, precisamente, com esta atualização da tarifa. Como imagina, não é nenhum Executivo que gosta de fazer a atualização de taxas. Muito menos um que inicia funções. Portanto, o que nós estamos aqui a falar é de uma atualização da tarifa, que é um imperativo que podia ter um outro impacto se tivessem sido feitas as atualizações como eram previstas e como era o compromisso do Executivo.

O Executivo, quando se fez as candidaturas às ETAR,s, comprometeu-se a fazer essas atualizações paulatinamente. Não o fez. E ao empurrar o problema para a frente fez com ele agora aparecesse como um imperativo legal obrigatório onde tem que ser esta disparidade do valor. Obviamente que é uma herança que ninguém gosta de a ter e ninguém gosta de ficar com esse ónus.

Volto a frisar e o Executivo também que se tivesse sido feito como estava legalmente obrigado a fazê-lo o Executivo e há declarações nesse sentido a assumir essa atualização, se tivesse sido feita, não era necessário chegarmos a este ponto desta atualização. Uma vez mais reitero que é uma imposição de uma obrigação legal que também ninguém gostaria de a fazer.

Sobre os Trabalhos Especializados, muitos deles estão associados também à questão da manutenção dos equipamentos, nomeadamente das ETAR,s. Sobre os valores das Consultorias e Estudos e Pareceres, o que o Professor Borges disse é um objetivo grande deste Executivo,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

diminuir isso. Acontece que a maior parte dos Acordos que estão firmados são plurianuais e alguns ainda estão a terminar. E, portanto, é para honrar esses compromissos, Professor Borges.

Portanto, se no Orçamento de 2023 estiver cá este valor aceitaremos de bom grado a sua crítica. Espero que compreenda que faz todo o sentido que nesta altura o que nós estamos a falar é de honrar compromissos, como também falámos anteriormente.

Na questão da Requalificação da Ponte sobre o Rio Mondego é um conjunto de, foram 5, deste projeto, foram 5 obras que o Município candidatou. Uma delas, a Requalificação sobre a Ponte do Rio Mondego. Nós estivemos reunidos com a CCDRC no passado mês de novembro a analisar a candidatura, que é uma candidatura de 600.000,00 euros, onde está essa questão e onde o que estava em cima da mesa era haver um financiamento bastante substancial. A CCDRC comunicou-nos que o financiamento já, oficialmente, que é na ordem dos 25%, o que deixa uma ideia completamente diferente do que era quase um financiamento na totalidade, ou quase na totalidade, do que era expectável quando foi feita a candidatura inicial.

Sendo assim, obviamente, tendo os condicionalismos financeiros da Autarquia, terão que ser reequacionados, até porque também tem a ver com os troços também do Município e outras infraestruturas. E, portanto, este financiamento, como baixou, significativamente, para os 25%, terá que ser feita a reavaliação dos próprios investimento e como verão, irão ser feitos ao longo do mandato. Sendo certo que, obviamente, a questão, estamos a falar aqui de uma questão estrutural, de uma Ponte que também é um caso, se calhar, um bocadinho insólito porque é uma Estrada Nacional e é uma propriedade dita da Autarquia, ou que se diz que é da Autarquia, nós ainda estamos a tentar também sopesar esse facto em documentação porque, de facto, não faz muito sentido que uma Ponte seja propriedade de uma Autarquia, do que, propriamente, do que era uma Estrada Nacional, ou quando é contratualizado com as Infraestruturas de Portugal, como aconteceu com a Estrada entre Algeiras e Vilar Seco.

Aqui, neste caso concreto, o que nós estamos a falar, estamos a falar desta candidatura, como já tivemos oportunidade de falar, que, obviamente, que esta questão é uma questão que nos preocupa a todos e que, seguramente, será resolvida dentro do tempo que será previsível solucionar.

Quanto ao Deputado Rui Costa, os processos judiciais, os Passivos Contingentes, como já falou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, são processos que se arrastam há anos e que são do conhecimento público e que têm que estar, devidamente, contemplados no Orçamento e que alguns já apareceram agora também a partir de outubro, curiosamente, já informação para fazermos os pagamentos, alguns deles, já com sentenças, para fazermos o pagamento de alguns desses processos. E os outros, muito provavelmente, vamos ter que aguardar o que vai acontecer com as decisões fiscais.

Do Reservatório da Água não estar a funcionar. Sim, não está a funcionar. O Senhor Deputado sabe também porque é que não está a funcionar. E, portanto, há questões que transitaram para este Executivo que estão a ser solucionadas com o empreiteiro de maneira a estarem resolvidos os problemas o mais rapidamente possível.

O mesmo se aplica com a ETAR III, que tem tido problemas grandes, que nós estamos à espera do Relatório do LNEC que foi solicitado. Aliás, também tínhamos pedido isso em reunião de Câmara já há muito tempo e depois foi feito esse pedido do parecer do LNEC, que nós estamos à espera que nos chegue às mãos para, depois desse parecer e de identificados os responsáveis do que correu mal, sejam, devidamente, penalizados e responsabilizados.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

O Senhor Deputado Augusto Borges da Silva, a consideração, suponho que não foi nenhuma interpelação à Câmara, julgo eu, mas uma resposta ao Senhor Deputado da Assembleia Municipal.

O Senhor Presidente da Junta da União de Freguesias de Santar/Moreira, a questão do PAMUS, como sabe e falou e bem, o concurso ficou deserto. Na reunião que fizemos com a CCDRC há também uma reafetação de verbas porque, milagrosamente, as verbas que falavam no início afinal não eram assim tão avultadas. E depois, os Programas, afinal, o cofinanciamento já não era naquele valor, era num valor inferior. Nós não desistimos da candidatura e reiterámos à CCDRC a vontade expressa do Executivo em prosseguir com o projeto, com, eventualmente, um redimensionamento do projeto, ou uma revisão, tendo em consideração também o financiamento que será feito ao próprio projeto associado.

Independentemente disso, o Executivo já tem um conjunto de, um conjunto, algumas iniciativas preparadas para fazer também no seguimento daquilo que falou, das expetativas criadas por alguns investidores locais.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado, Senhor Presidente. Se não há mais. Ó Senhor Deputado, muito brevemente. Com certeza. Tem o tempo que entender suficiente. Só queria recordar que a Assembleia Municipal tem a duração de 3 horas. São 11 horas e 20 minutos. Não estamos, nem a meio da Ordem de Trabalhos do Período da Ordem do Dia.

Portanto, vamos concluir este ponto. Faz favor, tem a palavra. Depois, um intervalo de três minutos e para recomeçarmos, até porque o último ponto tem sempre meia hora que é a Intervenção do Público. Portanto, não sei se terminaremos hoje a Assembleia. Muito obrigado.

O Senhor Vereador António Borges Santos:

- Muito obrigado, Senhor Presidente. Nós não temos culpa de a Ordem de Trabalhos ser tão extensa.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Pois, é extensa.

O Senhor Vereador António Borges Santos:

- Portanto, eu vou ser breve, muito breve. Vou só porque eu fiz aqui duas perguntas que o Senhor Presidente não me respondeu. Uma era esta verba de 1.225.000,00 euros em Outros. Era só para saber se eram empréstimos que já estavam contratualizados, ou se, por acaso, também pensava já contratualizar algum empréstimo. Ou se não é nada disso. Portanto, também pode não ser. E a outra foi a que eu vim fazer depois, que me tinha esquecido, que eram os Investimentos Incorpóreos, um milhão de euros de diferença de um para outro.

Era só isso. Muito obrigado.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado, Senhor Deputado. Faz favor, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Um milhão e oitocentos mil euros também têm a ver com uma questão que está associada ao reaproveitamento da água.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Então, podemos passar à votação da aprovação das propostas de Orçamento Municipal e das GOP,s. Quem vota contra? Quem se abstém? Então, estão aprovados por um voto contra do Senhor Deputado João Paulo Guerra, sete abstenções dos Senhores Vereadores Augusto Borges da Silva, Carlos Almeida, António Borges Santos, Vera Faria, António Rui Nogueira, Isabel Cristina Gonçalves e Carla Luzio.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

O Senhor Deputado João Paulo Guerra entregou à Mesa a Declaração de Voto que a seguir se transcreve:

“Declaração de Voto

Assunto: Orçamento Municipal e Grandes Opções do Plano para 2022

Reconhecendo que o tempo que decorre desde as eleições é curto para se proceder a grandes alterações em compromissos e opções do anterior executivo e que no que toca à elaboração do Orçamento e das Grandes Opções do Plano consideramos medida ajustada a não incorporação dos encargos a assumir com a transferência de competências, pois os mesmos são ainda desconhecidos na sua plenitude, porque não se trata apenas do envelope financeiro directo mas também encargos indirectos como o estado dos edifícios, equipamentos, necessidades de pessoal entre outros.

Contudo, a CDU apresentou-se a eleições com um conjunto de compromissos com a população que não se encontram vertidos no documento e honrando esse compromisso não poderá acompanhar a proposta em discussão.

Na expectativa que no decorrer do mandato possamos vir a integrar propostas para a melhoria da qualidade de vida dos Nelenses que neste orçamento não constam, votaremos contra.

Nelas, 27 de dezembro de 2021

O Eleito da CDU, João Paulo Guerra.”

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Então, pomos a minuta à votação. Faz favor de ler.

A Senhora Primeira Secretária:

MINUTA DA ATA

O ponto 2.7 - Aprovação das propostas de Orçamento Municipal e das Grandes Opções do Plano para o ano de 2022, foi posto à discussão, tendo sido aprovado com 19 votos a favor, 1 voto contra e 7 abstenções.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Quem vota contra? Quem se abstém. Está aprovada, então, por unanimidade.

Então, agora, três minutos de intervalo. Só mesmo três minutos.

O Senhor Presidente da Assembleia:

Todos os Senhores Deputados receberam o Mapa de Pessoal para o ano de 2022. Poderam verificar que existem, atualmente, 234 Trabalhadores no Município e que o novo Mapa de Pessoal contempla mais 28 consolidações, mais 45 lugares novos e 10 lugares para Professores das AEC,s.

Ora bem, o Senhor Presidente da Câmara, naturalmente, explicará melhor a necessidade deste alargamento do Quadro. Dava a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Muito obrigado, Senhor Presidente da Assembleia.

Nós estamos, necessariamente, a falar de novos 83 postos de trabalho. Mas, uma vez mais, é um documento previsional. O que este Executivo vai fazer no próximo ano é uma proposta de alteração ao Mapa de Pessoal, no seguimento das reuniões que foram feitas pelos Serviços e levantamento e da compreensão mais abrangente da Orgânica da Autarquia e daquilo que preconiza.

E este Mapa de Pessoal foi feito com base também em contratualizações e pressupostos que vinham de trás, não, necessariamente, que tenham que ser todos ocupados. Desdobrando os 83 postos de trabalho novos, 28 são consolidações. Dizer que em consolidações na mobilidade foram



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

de ascensão de carreiras, foram 50 postos de trabalho que foram postas a esse efeito. Foram consolidados 22 em 2021 e ficaram 28 para ser consolidados, ou não, em 2022.

Este Mapa de Pessoal, associado ao Orçamento, naturalmente, tem que prever essa consolidação, pode, ou não, materializar. Mas que está lá enquanto consolidação. O compromisso que havia também, o compromisso anterior era destas 50 consolidações, não, necessariamente, que tenham que ser feitos dessa maneira.

Os 45 lugares novos não são, necessariamente, também lugares que tenham de ser criados. São lugares que estavam também, que transitavam. Alguns deles também com alguma relevância, como os Prestadores de Serviços, nomeadamente, nas Escolas, como Auxiliares e Operacionais, para Obras e Serviços.

Estes lugares não estão todos ocupados. Bem longe disso. E o compromisso que existe é que, obviamente, só serão ocupados os lugares, estritamente, necessários, quando nos pedem, ou do Centro de Saúde para alguma questão, ou das Escolas. E é mais nesse sentido que tem sido feito isso com muito poucos lugares a serem criados.

Os 10 lugares para Professores das AEC,s são obrigatórios. Será para o Mapa de Pessoal de 2022 e reportar-se-á ao ano letivo de 2022/2023 e não ao atual.

Resumidamente: os 83 postos de trabalho não são postos de trabalho, basicamente, novos. Muitos deles têm a ver até com já Funcionários que existem com consolidação, ou não, dos seus postos de trabalho, um Encarregado Geral, os Professores das AEC,s do próximo ano letivo e as Prestações de Serviços que poderão vir a ser necessários para responder às necessidades, ou das Escolas, ou das Unidades de Saúde Familiar. Portanto, não é líquido que sejam, naturalmente, estes postos de trabalho todos novos a funcionar, ou a contratualizar.

Dito também, reiterando também o que nós tínhamos dito, no novo Mapa de Pessoal para 2022, terá depois um reajuste. Haverá uma nova proposta, obviamente, do Executivo a submeter para aprovação, para a Assembleia Municipal, muito brevemente, no próximo ano de 2022, numa próxima Assembleia Municipal. Remeto-me para qualquer esclarecimento que seja necessário.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado, Senhor Presidente. Muito bem, então, os esclarecimentos que entenderem os Senhores Deputados à Mesa, ou ao Senhor Presidente da Câmara, relativamente este ponto, digamos, do alargamento do Quadro do Pessoal. Não há.

Então, passaríamos à votação. Quem vota contra? Quem se abstém? Nove abstenções, da Bancada do PS, do Senhor Deputado João Guerra e da Senhora Deputada Maria José Cabral. Então, leia a minuta, faz favor.

A Senhora Primeira Secretária:

MINUTA DA ATA

O ponto 2.8 – Aprovação do Mapa do Pessoal para o ano de 2022, foi posto à discussão, tendo sido aprovado com 18 votos a favor, 0 votos contra e 9 abstenções.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Minuta à votação. Quem vota contra a minuta? Quem se abstém? Aprovada por unanimidade a minuta.

Passamos ao ponto seguinte. Ponto 2.9 - Autorizar o lançamento de derrama para o ano de 2022, nos termos da alínea d), do n.º 1, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Eu penso que aqui não levantará grandes questões porque é, de facto, 1,5%, como era habitual e com isenção para os empresários até a um movimento de 150.000,00 euros. Portanto, penso que é uma questão pacífica. De qualquer maneira, alguém quer apresentar alguma sugestão quanto a este ponto? Um esclarecimento.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

O Senhor Deputado João Paulo Guerra:

- Ora, boas noites, outra vez.

Eu era só para saber quanto é que são as empresas abrangidas pela isenção e quais as que vão ser aplicadas as taxas. Era só para saber isso. Mais nada.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado. Talvez o Senhor Presidente da Câmara queira responder.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Senhor Deputado, é assim: São isentas todas as que com volume de negócios que não ultrapasse 150.000,00 euros. E, como é óbvio, até serem entregues as declarações, nós não podemos contabilizar isso. O princípio que está e que é o importante, que já também vinha, em abono da verdade, tendo em mente o contexto pandémico que atravessamos e as dificuldades das empresas, isentar até ao volume de negócios e aí estamos a falar do pequeno comércio, em particular e das pequenas empresas. É disto que nós estamos a falar porque o resto remanescente é tributável no derrama de 1,5%.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Há mais algum pedido de esclarecimento? Senhor Deputado, faz favor.

O Senhor Deputado António Borges Santos:

- Era só para dizer que, atendendo a que os pontos 2.9, 2.10, 2.11, 2.12 e 2.13 são, exatamente, iguais aos anos anteriores, nós vamos aprovar todos os pontos. Portanto, não vamos estar aqui a repetir em cada um dos pontos. Portanto, se o Senhor Presidente assim o entender, pode pô-los à votação de imediato.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Em conjunto?

O Senhor Deputado António Borges Santos:

- Ai, como quiser. Se calhar não porque tem que aprovar as minutas.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Então, quanto a este ponto, quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por unanimidade. Faz favor de ler a minuta.

A Senhora Primeira Secretária:

MINUTA DA ATA

O ponto 2.9 - Autorizar o lançamento de derrama para o ano de 2022, nos termos da alínea d), do n.º 1, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro:

- taxa de 1,5%, sobre o lucro tributável das empresas;

- isentar de derrama, no ano de 2022, os sujeitos passivos com um volume de negócios que, no ano anterior, não ultrapasse 150.000,00€;

foi posto à discussão, tendo sido aprovado com 27 votos a favor, por unanimidade.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Quem vota contra a minuta? Quem se abstém? Portanto, aprovada por unanimidade a minuta.

Ponto 2.10 – Aprovar a Taxa Municipal de Direitos de Passagem para o ano de 2022 - Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro - Lei das Comunicações Eletrónicas. Portanto, mantém-se os 0,25% habituais. Portanto, alguém quer pedir algum esclarecimento sobre este ponto?

Não. Então, punha à votação. Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por unanimidade. Faz favor de ler a minuta.

A Senhora Primeira Secretária:

MINUTA DA ATA



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

O ponto 2.10 – Aprovar a Taxa Municipal de Direitos de Passagem para o ano de 2022 - Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro - Lei das Comunicações Eletrónicas:

- Taxa Municipal de Direitos de Passagem em 0,25% para o ano de 2022; foi posto à discussão, tendo sido aprovado com 27 votos a favor, por unanimidade.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Então, quem vota contra? Quem se abstém? Aprovada a minuta por unanimidade.

Ponto 2.11 – Aprovar a Participação dos Municípios no IRS no ano de 2022. Também é o habitual, 4%. Prescindir de 1%. Não é o habitual? Eu pensei que era o habitual. É 4% a proposta. Prescindir o Município de 1%, até ao máximo de 5%. O Senhor Presidente da Câmara quer dar alguma explicação sobre este ponto.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Muito sucinta. A participação sempre foi a máxima de 5%. Foi proposto pelo PSD e subscrito depois também pelo CDS, no anterior mandato, digamos assim, no intuito do apoio às Famílias, a percentagem da participação variável baixar um ponto. E, portanto, eram 5% e passou, ano passado, no ano passado, sim, é o que eu estou a dizer, no ano passado já foi feito e este ano continua. Foi proposto pelo PSD no anterior mandato, subscrito pelo CDS. Já foi aplicado no Orçamento anterior e agora continua. Certo? Não foi sempre 4% antes. Foi só no ano passado e que este ano se mantém. É nesse sentido.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito bem. Então, quando eu dizia que era a mesma do anterior, queria referir-me ao ano passado. Então, mais algum esclarecimento quanto a este ponto? Ninguém quer. Ninguém pretende.

Então, eu punha à votação. Quem vota contra? Um voto contra do Senhor Deputado João Paulo Guerra. Com declaração de voto. Faz favor. O Senhor Deputado não a quis ler. Portanto, é só para entregar. Muito bem. Muito obrigado.

A declaração de voto que o Senhor Deputado João Paulo Guerra entregou à Mesa é do seguinte teor:

“Declaração de Voto

Assunto: Participação do Município no IRS em 2022

Considerando que o Regime Financeiro das Autarquias Locais, alterado em 2013, agravou ainda mais a repartição dos recursos públicos entre o Estado e as Autarquias e que a introdução deste elemento de participação variável de 5% do IRS corresponde no essencial ao empurrar para as autarquias de uma responsabilidade que é do Estado.

Considerando que esta medida não introduz nenhum factor de justiça fiscal aos munícipes de Nelas, pois paga IRS quem mais rendimentos tem e, portanto, são esses quem são os principais beneficiados desta medida.

Considerando que compete ao Estado central a execução de uma política fiscal justa que corresponda a uma justa distribuição da riqueza criada no país de forma equilibrada por todo o território nacional.

Considerando que o valor de que o município está a abdicar poderia e deveria ser utilizado para aplicação noutras áreas da sua competência.

A CDU votará contra.

Nelas, 27 de dezembro de 2021

O Eleito da CDU, João Paulo Guerra.”

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Não há abstenções. Há apenas um voto contra. Pronto. Muito bem.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

A Senhora Primeira Secretária:

MINUTA DA ATA

O ponto 2.11 – Aprovar a Participação dos Municípios no IRS no ano de 2022 - Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro:

- Fixar em 4% a taxa da participação variável do Município de Nelas no IRS, para o ano de 2022;

foi posto à discussão, tendo sido aprovado com 26 votos a favor e 1 voto contra.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Vamos votar a minuta. Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovada por unanimidade a minuta.

Ponto 2.12 - IMI - Imposto Municipal sobre Imóveis - Aprovar a fixação de taxas no ano de 2022. Portanto, mantém-se o mesmo. Eu vou dizer que, se calhar, igual ao ano anterior porque os outros não conheço, que será 0,8% para os prédios rústicos e 0,3% para os prédios urbanos. Algum Senhor Deputado quer intervir neste ponto? Parece que não. O Senhor Presidente da Câmara quer dar algum esclarecimento? Também não.

Então, punha à votação. Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por unanimidade. Senhora Secretária, faz favor de ler a minuta.

A Senhora Primeira Secretária:

MINUTA DA ATA

O ponto 2.12 - IMI - Imposto Municipal sobre Imóveis - Aprovar a fixação de taxas no ano de 2022:

- Prédios rústicos – 0,8%;

- Prédios urbanos – 0,3%,

foi posto à discussão, tendo sido aprovado com 27 votos a favor, por unanimidade.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Então, vamos aprovar a minuta. Quem vota contra a minuta? Quem se abstém? Aprovada a minuta por unanimidade.

Ponto 2.13 - IMI - Imposto Municipal sobre Imóveis – Aprovar a fixação de taxas para prédios em ruínas e devolutos no ano de 2022. Aqui a taxa já é diferente, 0,45%. Penso que também era o habitual do ano passado. E, portanto, alguém quer intervir neste aspeto? Neste ponto ninguém quer.

Então, quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por unanimidade. Faz favor de ler a minuta da ata.

A Senhora Primeira Secretária:

MINUTA DA ATA

O ponto 2.13 - IMI - Imposto Municipal sobre Imóveis – Aprovar a fixação de taxas para prédios em ruínas e devolutos no ano de 2022:

- Taxa de IMI máxima legalmente possível de 0,45% a triplicar aos prédios urbanos que se encontrem devolutos e/ou em ruínas, nos termos do artigo 112.º, n.º 3, do CIMI;

foi posto à discussão, tendo sido aprovado com 27 votos a favor, por unanimidade.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Então, vamos votar a minuta da ata. Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovada a minuta por unanimidade.

Ponto 2.14 - Designação de um representante desta Assembleia Municipal para o Conselho da Comunidade do Agrupamento dos Centros de Saúde de Dão Lafões. Era preciso



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

designar um Membro da Assembleia. Não sei se há alguma sugestão. Senhor Deputado Rui Costa, faz favor.

O Senhor Deputado Rui Costa:

- Senhor Presidente, o Grupo Parlamentar do PSD/CDS-PP propõe o Senhor Deputado Pedro Renato Figueiredo Pinto para integrar este ponto.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- O Senhor Deputado não quer dar nenhuma explicação? Nada. Só quer propor. Muito bem. Então, quem quer pronunciar-se sobre este ponto? Ninguém quer? Então, vamos votar. Vamos votar não. Não tem votação. Tem? Designação. Muito bem. Então, vamos pôr a votação. Temos que votar com boletins, ou com dedo no ar? Se é por votação, como é que o Plenário entende que deve ser feito?

Então, a Senhora Primeira Secretária vai distribuir os papelinhos para votar. Faz favor. Ora, como temos 4 eleições, distribuía já 4 boletins. A Senhora Deputada Maria José Serol está em casa. Não pode votar.

O Senhor Deputado Rui Costa:

- Senhor Presidente, deixe-me fazer uma proposta à Mesa e à Assembleia.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Faz favor, Senhor Deputado.

O Senhor Deputado Rui Costa:

- Como já foi feito e não é inédito nas Assembleias Municipais fazer votações de pessoas por braço no ar, já foi aqui feito e não é inédito, eu proponha à Assembleia fazê-lo por causa até da situação da pessoa que está e, atenção, ela não está ali porque quer. É porque é obrigada. E, portanto, também devemos ter noção de onde estamos e o que é que nos está a acontecer.

Portanto, eu proponha que o Senhor Presidente pedisse ao Órgão, à Assembleia, a possibilidade de votar de braço no ar.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado, Senhor Deputado. Então, perguntava ao Plenário se, apesar de se tratar de votação individual e de pessoas, se querem votação, se entendem que a melhor votação é por boletim de voto, ou se é por dedo no ar, como é habitual?

Então, quem é que aprova esta sugestão do Senhor Deputado Rui Costa? Ou quem vota contra? Quem é que é a favor desta proposta apresentada pelo Senhor Deputado Rui Costa? Faz favor, sem mascara, ó Senhor Deputado.

O Senhor Deputado António Borges Santos:

- Ora, é só uma, posso? É só uma sugestão que, de facto, já se votaram, às vezes, de braço no ar casos de Presidentes de Junta quando eles eram escolhidos pelos próprios, de forma secreta, eles reuniam e depois diziam-nos quem eram e nós ratificávamos. É uma coisa. E, portanto, se os Senhores Presidentes de Junta quiserem reunir e dizer-nos: o que nós escolhemos é este e aquele e aquele, eu não tenho nada contra fazer isso.

Agora, também não tenho nada contra o braço no ar. Mas acho que a lei não o permite. E não o permite porquê? Porque as pessoas que estão a ser designadas não têm que estar sujeitas a um escrutínio de braço no ar sobre as suas qualidades.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- É verdade. Pode ser deselegante.

O Senhor Deputado António Borges Santos:

- Agora, neste caso do Pedro, eu acho que devia ser por voto secreto. Nos outros casos, se os Senhores Presidentes de Junta, se quiserem transferir para os Senhores Presidentes de Junta o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

poder deles decidirem entre eles e nos indicarem quem são os nomes e nós ratificarmos, é outra situação. Senão, temos que fazer todos por escrutínio secreto. Penso eu.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Senhor Deputado, muito obrigado. Então, vamos aceitar a sua sugestão, ó Senhor Deputado. E como se trata de uma designação lá terá que ir o boletim. A Senhora Deputada Maria José Serol tem que ficar de fora. Também não precisamos dela em termos de número.

Os Senhores Deputados votarão a favor, contra, ou votam em branco. Sim, ou não, ou branco. Pronto, então, faça a chamada de um por um.

(A Senhora Primeira Secretária procedeu à chamada dos Senhores Deputados)

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Então, está encerrada a votação e enquanto se faz o apuramento dos votos gostaria de informar o Plenário que esgotou o seu tempo regimental de 3 horas. Ainda faltam 3 eleições, o ponto 2.18 e a Intervenção do Público.

Eu proponha que os Senhores Presidentes de Junta se reunissem para agilizarem esta votação dos três pontos que temos agora aqui e quando viessem, então, fazíamos a votação. Está bem? Só para ver se andamos rápido. Para ver se ganhamos tempo. Muito obrigado.

Então, os Senhores Presidentes de Junta já regressaram ao Plenário. O resultado da votação é o seguinte: 18 votos a favor e 8 abstenções. A Senhora Deputada Maria José Serol não pode votar. Faz favor de ler a minuta da ata.

A Senhora Primeira Secretária:

MINUTA DA ATA

O ponto 2.14 - Designação de um representante desta Assembleia Municipal para o Conselho da Comunidade do Agrupamento dos Centros de Saúde de Dão Lafões, foi posto à discussão, tendo sido designado o Senhor Pedro Renato Figueiredo Pinto, tendo sido aprovado com 18 votos a favor e 8 abstenções.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Então, punha à votação a minuta. Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovada por unanimidade a minuta.

Então, os pontos seguintes, os Senhores Presidentes de Junta reuniram. Senhor Deputado Rui Costa tem alguma proposta dos Senhores Presidentes de Junta?

O Senhor Deputado Rui Costa:

- Senhor Presidente, se calhar, lia já do ponto 2.15, 2.16. Se calhar, ponto por ponto. Algum dos Senhores quer propor e eu entrego-lhes o papel e propõem vocês? Se é esse o problema. Senhor Presidente Jorge, faz favor de apresentar.

O Senhor Presidente da Junta da Freguesia de Nelas:

- Para o ponto 2.15 foi proposto o Senhor António Roque, da Junta de Freguesia de Senhorim e o Senhor Nuno Pereira, da Junta de Freguesia de Canas de Senhorim. Quer que leia já todos? Posso propor já o ponto 2.16? No ponto 2.16 foi o Senhor António Costa, da Junta de Freguesia de Lapa do Lobo. E no ponto 2.17 sou eu, Jorge Coelho, da Junta de Freguesia de Nelas.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Ponto 2.15 - Eleição de dois Presidentes de Junta de Freguesia para a Comissão Municipal da Defesa da Floresta Contra Incêndios. Existe aqui, de facto, a indicação de dois Presidentes de Junta, o Senhor António Roque e o Senhor Nuno Pereira. Alguém quer intervir neste ponto, ou é só para votação.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Quem vota contra? Quem se abstém? Então, aprovado por unanimidade. Faz favor de ler a minuta.

A Senhora Primeira Secretária:

MINUTA DA ATA

O ponto 2.15 - Eleição de dois Presidentes de Junta de Freguesia para a Comissão Municipal da Defesa da Floresta Contra Incêndios, foi posto à votação, tendo sido eleitos os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia de Senhorim e de Canas de Senhorim, tendo sido aprovado com 27 votos a favor, por unanimidade.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Quem vota contra a minuta? Quem se abstém? Aprovada por unanimidade.

Ponto 2.16 - Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia para o Conselho Cinegético Municipal. Existe aqui a indicação, ou a proposta do Senhor Presidente de Junta António Costa, da Lapa do Lobo. Alguém se quer pronunciar sobre este ponto?

Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por unanimidade. Faz favor de ler a minuta.

A Senhora Primeira Secretária:

MINUTA DA ATA

O ponto 2.16 - Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia para o Conselho Cinegético Municipal, foi posto à votação, tendo sido eleito, para efetivo, o Senhor Presidente de Junta de Freguesia da Lapa do Lobo, tendo sido aprovado com 27 votos a favor, por unanimidade.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Vamos pôr a minuta à votação. Quem vota contra a minuta? Quem se abstém? Aprovada por unanimidade.

Ponto 2.17 - Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia para a Comissão Municipal de Proteção Civil. Temos a proposta do Senhor Presidente de Junta de Freguesia de Nelas, Jorge Coelho. Não há nenhuma sugestão?

Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por unanimidade. Faz favor de ler a minuta.

A Senhora Primeira Secretária:

MINUTA DA ATA

O ponto 2.17 - Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia para a Comissão Municipal de Proteção Civil, foi posto à votação, tendo sido eleito, para efetivo, o Senhor Presidente de Junta de Freguesia de Nelas, tendo sido aprovado com 27 votos a favor, por unanimidade.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Vamos pôr à votação a minuta. Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovada por unanimidade.

E, então, entramos no último ponto da Agenda de Trabalhos do Período da Ordem do Dia que é o ponto 2.18 - Regimento de Funcionamento da Equipa para a Igualdade na Vida Local – EIVL – Conhecimento. Os Senhores Deputados todos receberam este Regimento. Não sei se alguém se quer pronunciar. Mas recebera, ou não receberam? O documento, receberam. A carta com a Ordem de Trabalhos é que não tem este ponto. São os Serviços de Apoio que funcionam mal. Então, agora, não podemos votá-lo. Não consta. O documento foi. Só não está indicado na Ordem de Trabalhos. Fica de fora. Vem na próxima. Diz o Senhor Presidente da Câmara que é urgente. É urgente.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Então, eu punha ao Plenário se se impõem à inclusão deste ponto da Ordem de Trabalhos. Não tem os 5 dias de antecedência, como a Lei prevê e o Regimento. Mas, pronto. Incluiu-se na Ordem do Dia. Muito bem, Podemos incluir este ponto na Ordem de Trabalhos? Ponto 2.18 - Regimento de Funcionamento da Equipa para a Igualdade na Vida Local – EIVL – Conhecimento.

Ora, pois o documento foi. Só não foi agendado. Então o Plenário quer votar, naturalmente. Não é preciso votar. Pronto. Mas, então, passa a constar e fica na ata. Sim, Senhor. Muito bem. Este incluiu-se só para conhecimento.

Então, apesar da hora tardia, podemos avançar para o terceiro Período que é a intervenção do Público, se não houver oposição, apesar do horário.

Ora, é este, Período da Intervenção do Público. Se alguém do Público quiser intervir e solicitar esclarecimentos sobre assuntos relacionados com o interesse do Município, faça favor de se inscrever. Manuel Marques. Faz favor. É o único. São 5 minutos, como sabe. Dois. Rui Ventura. Devem indicar o nome, a morada e qual é o assunto. Não é assim que diz o Regimento? É? Estou a falar bem, ó Senhor Deputado. Então, há duas intervenções do Público. Cinco minutos para cada. Apelava ao seu poder de síntese porque estamos atrasados no horário. Dr. Manuel Marques, faz favor.

O Senhor Dr. Manuel Marques:

- Muito boa noite a todos.

Senhor Presidente da Assembleia,

Senhoras Secretárias,

Senhor Presidente da Câmara,

Senhores Vereadores,

Senhoras Vereadoras,

Senhores Membros da Assembleia,

E Estimado Público.

Primeiro, enquanto Cidadão deste Concelho, quero congratular-me com a presença do Público aqui hoje neste soberano lugar da Democracia.

Depois das várias intervenções que ocorreram nesta sessão da Assembleia Municipal não se vislumbrou uma eventual sindicância às irregularidades, que eu presumo que sejam eventuais irregularidades, cometidas pelo anterior Executivo.

Assim, Senhor Presidente da Assembleia Municipal, eu, permita-me que leia aqui um excerto da ata da reunião de 11/12/2013, que diz o seguinte: Pedido de sindicância no âmbito do Regime Jurídico da Tutela Administrativa, aprovado pela Lei n.º 27/96, de 01 de agosto. Diz: Considerando que é dever dos eleitos locais observar escrupulosamente as normas legais e regulamentares devidas aos actos por si praticados ou pelos órgãos a que pertencem nos termos dos disposto no art. 4º/a)i) do Estatuto dos Eleitos Locais (Lei 29/87 de 30/06, alterada e republicada pela Lei 52-A/2005 de 10/10; Que a Lei 8/2012 de 21/2 e respectivo Regulamento constante do Dec.Lei 127/2012, impõe como obrigação aos titulares dos cargos políticos, dirigentes, gestores ou responsáveis pela contabilidade o de respeitar um conjunto de procedimentos relativamente à assumpção de compromissos, como sejam a existência de um sistema informático que refira um número de compromisso válido e sequencial, que é refletido na ordem da compra; Que tal assumpção de compromissos só pode ocorrer face à existência de fundos disponíveis, como tal definidos nos referidos diplomas legais; Que o pagamento dos mesmos só pode ser realizado quando os compromissos tiverem sido assumidos de acordo com as regras e procedimentos acima referidos; Que a violação das regras, que vigoram desde 22 de fevereiro de 2012, faz incorrer os eleitos locais e outros dirigentes em responsabilidade civil,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

criminal, disciplinar e financeira, sancionatória e reintegratória, bem como em responsabilidade pessoal e solidária junto dos agentes económicos quanto aos danos por estes incorridos na mesma Lei; Que existem ainda evidências na Unidade Orgânica Administrativa e Financeira que parte das despesas, assumpção de compromissos e pagamentos realizados neste ano de 2013, não respeitou a supra referida legislação, o que pode também implicar um conjunto de consequências graves face às obrigações futuras a que a Câmara Municipal está sujeita, como referido; Que face à gravidade da situação, à sua evidência documental e contabilística, às suas consequências operacionais e financeiras e também éticas e políticas, não pode o actual Presidente da Câmara e a Câmara que dirige atuar de forma diversa da que agora se propõe, sob pena de responsabilidade civil e criminal, até pessoal e solidariamente perante os agentes económicos; Que seja solicitada, com carácter de urgência, à Inspeção, isto foi dito em 2013. Que seja solicitada, com carácter de urgência, à Inspeção Geral de Finanças, nos termos do disposto, nomeadamente, no art. 3º/1,c) da Lei 27/96 de 1/8 e no art. 12º da Lei 8/2012 de 8/2, uma sindicância às despesas acima referenciadas, seja às despesas irregulares constantes do documento anexo; Do apuramento de eventuais responsabilidades pelos actos praticados, dos seus autores e eventuais implicações institucionais e pessoais; Que sejam informados desta iniciativa o Tribunal de Contas, tal, tal. Senhor Presidente da Câmara, Senhor Presidente da assembleia, peço perdão, q uer o Executivo liderado pelo CDS, pelo PSD, peço perdão, coadjuvado pelo PSD, foram vítimas de ataques ferozes à personalidade, ao homem e à mulher, que constavam, na altura, do Executo. E lamento.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Senhor Dr. Manuel Marques, eu pedia-lhe que concluísse porque esgotou o seu tempo.

O Senhor Dr. Manuel Marques:

- Ó Senhor Presidente, permitirá, serei muito mais breve, só mais dois minutos.

E, certamente, V. Ex.^a compreenderá.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Faz favor de continuar.

O Senhor Dr. Manuel Marques:

- Compreenderá que isto é uma questão pessoal e até defesa da honra. Portanto, aí lhe peço que sobreleve o tempo que me dispensou. Portanto, Senhor Presidente da Assembleia eu fico preocupado porque ainda hoje, ainda hoje sou vítima de processos judiciais por casos iguais ao que o anterior Presidente fez e não pode passar pelos pingos da chuva.

Senhor Presidente da Câmara, agora dirijo-me a si e ao seu Executivo, tem que responsabilizar quem, de uma forma vil, me atacou a mim e à Dr.^a Isaura Pedro e depois de 8 anos, fez, rigorosamente, iguais, ou muito pior. E aqui termino nesta matéria.

Mas também gostava que este Executivo e estou aqui a fazer apenas um, nem é uma recomendação, apenas uma informação se pretende fazê-lo, pedir uma sindicância ao LNEC – Laboratório Nacional de Engenharia Civil, para que avalie, de uma forma perentória, a qualidade e a quantidade dos materiais aplicados e os quais estavam indicados nos Cadernos de Encargos dos concursos.

Isso é fundamental para vermos o alcatrão que foi metido e vejamos o que está a acontecer na Estrada Caldas da Felgueira – Vale de Madeiros, para vermos o alcatrão que foi metido, em que condições foi metido, para sabermos a dimensão do mesmo.

Senhor Presidente da Câmara, agora é a si que me quero dirigir. Se me podia informar qual a data da fatura mais antiga, por liquidar, na Câmara Municipal relativa a fornecimentos, a empreitadas e a serviços prestados. Qual é a fatura mais antiga? Qual o valor assumido até



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

31/11/2021 da rubrica Pessoal? A quanto corresponde o total da Despesa Corrente com gastos de Pessoal no Orçamento Municipal de 2021?

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Senhor Dr. Manuel Marques, eu pedia-lhe que concluísse.

O Senhor Dr. Manuel Marques:

- Vou já acabar. É mais dois minutos.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Mais dois? Já lhe dei dois minutos. É que há mais outro inscrito. Ou dois, ainda.

O Senhor Dr. Manuel Marques:

- Vou já acabar. Quanto foi gasto com o Pessoal e no valor, totalmente, anual, cabimentado? Se já foi entregue o Relatório da IGF relativo ao mandato anterior, entre vários assuntos, se referia ao assédio moral a uma Senhora Funcionária?

Senhor Presidente da Assembleia, eu vou acabar. E quero-lhe dizer só uma questão, que quanto ao Louvor que foi proposto, por defesa da honra, quero-lhe dizer que na reunião de Câmara de 2019 eu votei contra esse Voto de Louvor ao Diogo Rocha pela forma que tratou os Bombeiros do meu Concelho.

Enquanto a voz me poder permitir, enquanto a voz me doer, não doer, defenderei os Bombeiros, quer de Nelas, quer de Canas de Senhorim. E agora, queria fazer uma pergunta também ao Executivo. Se esse Senhor a quem foi proposto esse Louvor, quando fez as suas intervenções na área da hotelaria nas Festas do Município, teve, ou não teve, qualquer remuneração. Era isso, Senhor Presidente da Câmara, que eu queria saber.

Também para defesa da honra, dizer ao Senhor Deputado e não me posso dirigir ao nome dele por questões de princípio, que o e-mail, com os 750.000,00 euros que ficaram na Câmara não foi para pagar qualquer empréstimo, até porque não havia qualquer prestação nesse valor, nesse montante, mas sim para pagar as faturas em atraso. E porquê? Porque o dinheiro ficou nos cofres da Câmara, que depois o Presidente da Câmara depositou no BCP Millennium e trago esse e-mail na próxima, no BCP Millennium, que rendeu mais uns dinheiros. Eu trago esse e-mail de resposta do Presidente da Câmara, a meu pedido, para ser esclarecido. E peço desculpa pelo avanço do tempo que me foi concedido.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Nove minutos. Senhor Dr. Manuel Marques, muito obrigado. Nove minutos. Há uma segunda intervenção.

O Senhor Rui Ventura:

- Boa noite Senhor Presidente da Assembleia,

Restantes Membros da Assembleia,

Novos Membros do Executivo aqui da Autarquia de Nelas.

Aproveitar para parabenizar todos os Eleitos.

Falou-se aqui muito de milhões. Falou-se aqui muito de dívidas. Falou-se aqui muito de imposições e acho que se falou pouco, um pouco a menos do que aquilo que é a vida do dia-a-dia das pessoas de Nelas.

É preocupante aquilo que se vive na Saúde, dependendo também e um bocado, diretamente, também pelo que se está a viver com a pandemia. Mas é uma consequência que se tem vindo a alargar nos últimos anos, que é o caso do Centro de Saúde de Nelas. Eu acho que é inadmissível a gente percorrer redes sociais, é inadmissível a gente recorrer no dia-a-dia ao Centro e estar à porta do Centro de Saúde para esperar aquilo que é o básico, que é a Saúde.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Acho que cabe ao Município ter uma mão pesada para aquilo que se passa no Centro de Saúde de Nelas. As pessoas aguardam horas e horas por um bem essencial que é uma pequena requisição de medicação ao dia-a-dia de pessoas que estão acamadas em Centros Sociais e outros. E eu pedia que tivessem alguma atenção sobre aquilo que se passa no dia-a-dia do Centro de Saúde.

Em segundo lugar, ouvi aqui hoje dizer uma coisa muito importante, que foi pelo Deputado, o Senhor a dizer que percorre aqui a nossa floresta e que, realmente, vê tudo queimado. Temos que nos virar um pouco para aquilo que se passa também na nossa floresta, para aquilo que é vivido na nossa floresta. É um pouco triste percorrer uma margem do Rio Mondego num Concelho tão bonito como o de Nelas e olhar para o negro que se vive naquela paisagem. É preciso incentivar as Associações, haver aqui alguma pujança de pessoas e particulares para que seja feito algo por aquilo que se vive na floresta.

Depois, pedir algum cuidado naquilo que é o planeamento feito na área da floresta porque verifiquei que existiram trabalhos em zonas onde há recentes meses também encetaram trabalhos de abertura de faixas de gestão de combustível, quer naquilo que toca também a caminhos florestais e votaram a ser feitos, bem recentemente, sem necessidade. Havia outras oportunidades para, noutros locais, aproveitar estes trabalhos para efectuar trabalhos que possam criar ali outras faixas de gestão de combustível, quer no mapeamento até daquilo que é o que concerne a possíveis e futuros incêndios florestais. E pedia a atenção para aquilo que é também a vida da nossa floresta.

E, depois, aos jovens, acho que é importante também darmos aqui alguma ênfase àquilo que estamos a viver. Os jovens, atualmente, estão privados muito das suas atividades, quer físicas, quer o exercício físico e aqui parabenizar também o Município por aquilo que foi a rapidez no problema que existiu para com as Piscinas no Município de Nelas. Era importante essas Piscinas estarem abertas. Eu não sei o que, realmente, se passava nas Piscinas, como não sei também muitas coisas que aqui me falam, por exemplo, por causa do depósito da água.

Eu acho que era importante, em futuras Assembleias sermos mais concretos e diretos para com aquilo que, realmente, são os problemas do Município porque eu, como Cidadão, tenho o direito de saber, tal como outros Cidadãos que estão aqui presentes, realmente o que é que se passa porque falaram-me aqui que toda a gente sabe o que é que se passa no depósito das águas e eu, realmente, como Cidadão, não sei, como não sei outras coisas. Acho que quando falamos nestes assuntos temos que falar, concretamente, o que é que se passa.

E com isto, mais uma vez, parabenizar todos os Eleitos e que o vosso futuro seja proveitoso para todos. Obrigado.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado. Então, terminadas as Intervenções do Público, as inscrições eram apenas duas, estão terminadas. Como o Senhor Presidente da Câmara pode intervir em qualquer dos Períodos. Falta um? Só se inscreveram dois. Mas se o Plenário aceitar, apesar do adiantado da hora, terá direito aos seus 5 minutos.

Muito obrigado. Então, faz favor de se identificar e dizer qual é o assunto.

O Senhor Dr. Alexandre Borges:

- Muito obrigado pela tolerância que me concedeu.

Eu, primeiro, também gostaria de parabenizar, ou de dar os parabéns a todos os Eleitos, quer seja os que estão no Poder, quer seja os que estão na Oposição e desejar um bom período, um bom mandato. E o vosso trabalho será, certamente, profícuo e se o for, todos lucraremos com isso.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Eu vinha aqui, essencialmente, colocar uma questão, aproveitando que estamos em período eleitoral para as Legislativas, que serão daqui a cerca de um mês e aproveitando até termos aqui um Cabeça de Lista do Distrito e, portanto, é um recado que lhe deixo, particularmente, a si, que está aqui presente, mas também ao Executivo Municipal e aos Deputados, nós, no Concelho, ou na União de Concelhos, como eu, às vezes, gosto de dizer, nem a brincar, temos um problema que se arrasta há bastante tempo, que é o final do IC 12, ou a não conclusão do IC 12. Mas, pelo menos, o final do IC 12.

É o único nó que não tem iluminação instalada. É um nó que foi projetado não se sabe muito bem como porque acaba, passa de quatro faixas para duas faixas numa curva perigosa. É um sítio onde já aconteceram inúmeros acidentes, alguns mortais. Vão continuar a acontecer. E eu acho que, pelo menos os Eleitos deviam, mais uma vez, porque parece-me que também não será, propriamente, a primeira vez que o farão, se o fizerem, deviam insistir e aproveitar este período para que, de alguma forma, possam haver compromissos. Eles valerão o que valerão. Mas, pelo menos, tentar que alguém se comprometa com essa solução, pelo menos que aquele nó seja iluminado e seja melhorado. Vejo aí tantos nós por esse País fora iluminados e nem sequer têm trânsito.

Portanto, era só isso e desejar a todos um Feliz 2022.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Dr. Alexandre Borges pelo assunto da iluminação do IC 12.

Então, terminadas as Intervenções do Público, Senhor Presidente da Câmara, faz favor.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Boa noite. Tentando ser sintético também e espero que esclarecedor dentro das possibilidades.

Sobre a questão colocada pelo Senhor Dr. Manuel Marques sobre a questão da sindicância foi hoje entregue, para fazer parte da Ordem de Trabalhos embora a informação tenha sido acabada hoje, em abono da verdade, um Relatório/Informação sobre a situação encontrada na Câmara Municipal de Nelas, subscrita pelos 4 Eleitos da Coligação, onde no seu último ponto refere, ou remete para a Sindicância/Inspeção/Auditoria.

Portanto, isso já foi feito, foi apresentado hoje na reunião de Câmara. Perante toda a situação exposta não temos outra alternativa que não seja pedir um Sindicância, uma Auditoria, à Inspeção-Geral de Finanças e comunicar a todas as Entidades competentes a situação atual da Câmara Municipal.

Senhor Dr. Manuel Marques, esse assunto já foi tratado e já foi hoje resolvido. Foi comunicado e os moldes onde isso será feito será na próxima reunião de Câmara. Portanto, isso, em abono da verdade, já está, foi isso tratado hoje em reunião de Câmara, com o facto de também vir hoje à Assembleia Municipal.

Sobre a Sindicância ao LNEC, nós com o LNEC estamos à espera de um Parecer ainda que tem a ver com, como bem sabe, até do anterior Executivo, da questão da ETAR de Nelas III, também estamos a aguardar, sendo que o Caderno de Encargos sobre os concursos é uma questão para, eventualmente, também ponderar e avaliar a situação.

Os custos do Pessoal remetem-nos a novembro deste ano, a 4,4 milhões de euros. Podem ser superiores também com o facto da consolidação também que estão no Mapa de Pessoal para 2022.

Sobre o Relatório da Inspeção-Geral de Finanças ainda não temos conhecimento dele. Ainda não nos chegou às mãos. Estamos a aguardar que ele chegue.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Sobre a questão do Chef Diogo Rocha, algum vencimento, ou retribuição financeira, não é parte deste Executo. Já foi no mandato anterior. Portanto, como lá estava também, não lhe posso responder cabalmente. Tenho ideia que, eventualmente, sim, mas também não me parece, não tendo a certeza absoluta de dizer uma questão que não tenho conhecimento cabal sobre o assunto.

Sobre o Senhor Município Rui Ventura, na questão da Saúde, a Autarquia tem respondido às solicitações da Unidade de Saúde Familiar no que concerne aos Assistentes Operacionais. Teve, logo no início do mandato, uma reunião com a Unidade de Saúde Familiar de Nelas onde nos foi dito pela sua Coordenadora que os Médicos estavam todos os previstos no Quadro. Que os Enfermeiros, faltava só um. E que, portanto, pedia auxílio ao Município nesta questão dos Assistentes Operacionais, que foi contemplado.

É isso que me apraz dizer porque, de facto, não havendo falta de Médicos, o que acaba de dizer é uma constatação que é, aparentemente, uma contradição. E a Câmara ainda não tem, para já, grandes responsabilidades nesta matéria. Vai tê-las, mas numa outra componente que tem a ver mais com a parte dos edifícios e dos Funcionários, que tem a ver com a delegação de competências a partir do próximo ano.

Sobre a floresta, também é uma questão que esteve sempre em cima da Mesa no que concerne ao Programa da Coligação. E está lá também. E, obviamente que é um dos assuntos que merece a nossa preocupação e a nossa prioridade. Sendo certo, como falou, que a maior parte pertence a particulares e implica incentivos feitos, diretamente, com eles. Mas isso também é uma questão que pretendemos levar a efeito.

Sobre os jovens e a questão das Piscinas Cobertas. As Piscinas Cobertas precisaram de obras grandes no edifício para poderem estar em funcionamento. Foi um compromisso e uma despesa assumida por este Executivo. E no próximo mês de janeiro, no dia 10 de janeiro já estarão disponíveis à população, inclusivé para as Escolas de Natação. Houve uma necessidade de fazer obras.

É bem verdade que, não sendo precisas, já podiam ter sido feitas, particularmente até porque estiveram encerradas e houve todo o tempo do mundo para serem feitas e não foram e não foram e, portanto, não abriram quando deviam e agora, se calhar, estão em condições para abrir e foram feitas as obras. E vamos ver se a situação pandémica não inviabiliza quando elas já estão prontas para abrir. Mas, de facto, essa remodelação, essas obras foram efectuadas e, brevemente, estarão disponíveis, como nós dissemos, previsivelmente, no dia 10 de janeiro, para abertura ao Público.

Sobre o Senhor Deputado Dr. Alexandre Borges, Senhor Deputado, sobre o Senhor Município Dr. Alexandre Borges, se calhar, eventualmente, premonitório, dizer-lhe, sobre o IC 12 duas, ou três coisas, que são importantes. Quanto ao IC 12 é, claramente, uma questão que está sempre em cima da Mesa com todos os Executivos, com todos os Partidos Políticos. E, de facto, há mais de 20 anos que não é resolvido o assunto. Ainda há bem pouco tempo, numa peça que foi feita, que nos foi pedido opinião sobre o assunto, manifestámos também a mesma apreensão sobre o assunto, nomeadamente, do IC 12 não fazer parte, como foi falado na altura, até aqui em termos de Assembleia Municipal, havia a ideia de que haveria da parte do Governo, no seguimento da intervenção no IP 3, a chamada missilings, fazer depois também o complemento do IC 12.

Há bem pouco tempo, em âmbito da CIM também e não só, da CCDR, na reunião também que fizemos na CCDR em novembro, como há pouco referimos, o IC 12 não está contemplado. Não está contemplado. Obviamente que a solução que nos resta, obviamente é continuar a pugnar para que o IC 12 seja feito. Aproveitar e bem, como disse o Estimado Dr.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Alexandre Borges, a questão de estarmos em período eleitoral para voltar junto aos Partidos Políticos a ver se colocamos, outra vez, este assunto em cima da Mesa novamente.

E a questão da iluminação é uma questão que até é uma questão premente, independentemente do complementar do troço, como deveria ser. A iluminação implica o Executivo também ter um Acordo com as Infraestruturas de Portugal, como sabe também. E essa diligência, bem como outras intervenções, como as Curvas dos Valinhos, serão coisas que nós estamos a pensar efectuar a breve trecho.

Eu não sei se aos Senhores Municípes, Dr. Manuel Marques, já que estou com os Senhores Municípes, ao Senhor Dr. Alexandre Borges e ao Senhor Rui Ventura, se há algum assunto, se nesta parte sintética, consegui, mesmo que brevemente.

Eu conheço pessoalmente também a sua posição sobre o homenageado. Sim. Não é isso que está em causa. Quem o contratou, contratou.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Dr. Manuel Marques, já lhe dei 10 minutos.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Eventualmente, sim, pode ser feito isso.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Sim, está bem, mas com regras, naturalmente.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Ó Senhor Dr. Manuel Marques, obviamente que faça o pedido e nós, pronto. Muito bem.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Senhor Presidente da Câmara, muito obrigado pelos esclarecimentos.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Resta-me só desejar, se não se importar, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Faz favor.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Continuação de Boas Festas. Um Bom Próspero Ano Novo de 2022, com tudo de bom para vocês, está bem?

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Então, dava por encerrada este terceiro Período da Ordem de Trabalhos. E, naturalmente, os trabalhos desta Assembleia Municipal.

Agradecia também a vossa presença por terem estado aqui e desejar a todos um Feliz Ano Novo de 2022. Cá estaremos em fevereiro.

Muito obrigado a todos.

Bom Ano Novo.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente ata que depois de aprovada, vai ser assinada nos termos da lei.

Presidente:

Secretária: